



Capítulo 2

Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Este capítulo aborda as tendências recentes dos fluxos financeiros externos que têm África como destino, bem como a evolução das receitas internas. Em particular, ele analisa a evolução do investimento direto estrangeiro (IDE), do investimento de carteira, das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento entre 2015 e 2016, bem como as perspectivas para 2017. A crescente importância dos fluxos privados relativamente aos fluxos públicos é destacada. O capítulo é concluído com a descrição da evolução das receitas internas entre 2005 e 2015 e com a análise dos desafios que se colocam ao aumento da capacidade de coleta e mobilização dessas mesmas receitas.

EM SÍNTESE

Os fluxos externos privados, tanto em termos de investimento como de remessas, continuam a impulsionar o crescimento das finanças externas em África. Apesar da permanência dos baixos preços das matérias-primas, estima-se que os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) tenham recuperado em 2016, num reflexo da crescente diversificação do investimento em serviços, na indústria transformadora e em projetos de infraestruturas. Prevê-se que o IDE chegue a, em 2017, 57.5 mil milhões de USD, sustentado por grandes investimentos de raiz provenientes do Extremo e Médio Oriente. Em 2016, África registou o mais baixo fluxo de investimento de carteira desde 2008, com 6.5 mil milhões de USD, e esta tendência decrescente deverá continuar, com uma média de 5.2 mil milhões de USD prevista para 2017. Entre 2005 e 2009, as remessas cresceram mais de 50%, e estima-se que atinjam os 66.2 mil milhões de USD em 2017, tendo como destino maioritário o Egito e a Nigéria. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) a África registou um decréscimo em 2016 (1.7% em termos reais), pois alguns doadores recuaram relativamente ao compromisso previamente assumido de reverterem a diminuição dos fluxos para os países mais pobres. A percentagem de ajuda ao desenvolvimento atribuída a 17 dos 27 países africanos de rendimento baixo deverá diminuir pelo menos até 2019, o que é preocupante. Apesar dos progressos, a mobilização de recursos internos ainda é reduzida. Para dar resposta às necessidades de financiamento de África, a comunidade internacional e os decisores políticos africanos estão a explorar novas formas de cooperação com o setor privado tendo em vista a mobilização de recursos financeiros e o desenvolvimento de mercados financeiros locais e do empreendedorismo.

Sabia que...?

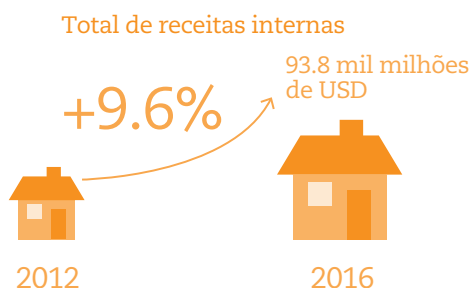
- Em 2016, os fluxos de entrada de IDE em África recuperaram, apesar de se manterem os preços baixos das matérias-primas.
- Em 2017, o IDE deverá alcançar 57.5 mil milhões de USD, sustentado por grandes investimentos de raiz provenientes do Extremo e Médio Oriente.
- Entre 2005 e 2009, as remessas cresceram mais de 50%, e estima-se que atinjam os 66.2 mil milhões de USD em 2017.
- A percentagem de ajuda ao desenvolvimento atribuída a 17 dos 27 países africanos de baixos rendimentos deverá diminuir pelo menos até 2019.

Em 2017, os fluxos financeiros externos com destino a África irão crescer



- ↑ Remessas (+2.4%)
- ↑ IDE (+1.9%)
- ↑ APD (+1.4%)
- ↓ Investimento de carteira (-20.3%)

Os países pobres em recursos naturais aumentaram a capacidade de mobilização de receitas



O IDE deverá sustentar o crescimento dos mercados internos



Os fluxos privados são cada vez mais importantes no quadro do financiamento externo

Esta secção aborda a evolução dos fluxos financeiros externos em África, sublinhando a importância relativa do IDE, do investimento de carteira, das remessas e da APD. Analisa igualmente novas formas de utilização da ajuda ao desenvolvimento e de fluxos financeiros privados no incentivo ao empreendedorismo em África.

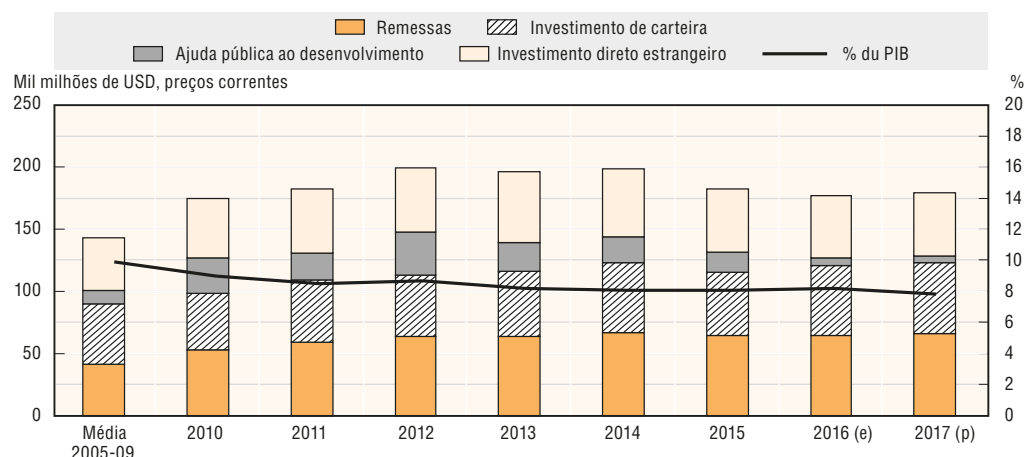
Os fluxos externos abrandaram em 2016

Em 2016, os fluxos externos totais em África estão estimados em 177.7 mil milhões de USD, abaixo dos 182.8 mil milhões de 2015. Este decréscimo deve-se sobretudo à quebra acentuada nos fluxos de carteira (uma queda de 60% relativamente a 2015), bem como ao declínio da APD (2% em relação a 2015) e das remessas (0.3% relativamente a 2015). Este declínio ofuscou a substancial recuperação dos fluxos de IDE em África, que aumentaram 10% apesar dos preços mais baixos das matérias-primas, recuperando face à queda abrupta de 2015. Em 2017, estima-se que os fluxos externos cresçam moderadamente, alcançando 179.7 mil milhões de USD, sustentados na modesta subida das remessas (+2.4%), do IDE (+1.9%) e da APD (+1.4%). Em contrapartida, os investimentos de carteira deverão manter a tendência negativa (-20.3%).

O investimento direto estrangeiro e as remessas têm maior proeminência

Os fluxos financeiros privados adquiriram maior proeminência na última década, crescendo de 61% do total de fluxos externos em 2002 (33.5 mil milhões de USD) para 72% em 2016 (127.6 mil milhões de USD). Em 2016, o investimento direto estrangeiro voltou ao crescimento, na sequência de um aumento do seu peso no total de fluxos financeiros privados, passando de 39% para 44% em 2015 (Figura 2.1). Para reduzir as vulnerabilidades aos choques das variações nos preços das matérias-primas, muitos países africanos optaram pela diversificação, passando dos recursos minerais para bens e serviços de consumo. Em resultado desta alteração para os bens de consumo, diversos países estão a assumir posições mais importantes no radar dos investidores, como por exemplo a Etiópia, o Gana, o Quênia e a República Unida da Tanzânia (Tanzânia). Paralelamente, novos parceiros de investimento, em particular do Extremo e Médio Oriente, mas também do próprio continente africano, são fonte cada vez mais importante de investimentos de raiz em África.

Figura 2.1. Fluxos financeiros externos em África, 2005-17



Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD baseiam-se na Ajuda Programável por País (APP) da OCDE (2016). A previsão de remessas baseia-se na taxa mundial de crescimento prevista pelo Banco Mundial. (Este gráfico exclui empréstimos oficiais, de bancos comerciais e créditos comerciais).

Fontes: Adaptado de dados de Perspetivas Económicas em África, FMI (2016a), OCDE (2016) e Banco Mundial (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933474975>

Em contrapartida, o fluxo de investimento de carteira diminuiu drasticamente em 2016, representando meros 5% dos fluxos financeiros privados em comparação com 13.5% em 2014-15. Com uma contração de 60%, África registou o valor mais baixo no fluxo de investimento de carteira desde 2008. Os investidores responderam aos choques globais baixando a compra de ativos de países em desenvolvimento. Em 2016, só a África do Sul e o Gana foram ao mercado internacional de títulos, em contraste com a tendência regional de crescimento das emissões de dívida soberana.

As remessas dos emigrantes continuam a ser uma fonte estável e significativa de financiamento externo em África. Os fluxos de remessas cresceram consideravelmente nos últimos cinco anos, representando 51% dos fluxos privados em 2016, quando em 2010 representavam 42%. Menos voláteis do que a ajuda ao desenvolvimento e o IDE, as remessas são um recurso relativamente estável que potencia o consumo dos agregados familiares e aumenta as reservas em divisas. Além disso, permitem a realização de investimentos, incluindo em pequenos negócios e no fornecimento de serviços sociais básicos.

A importância relativa da ajuda ao desenvolvimento está a decrescer e a mobilização de receitas internas continua baixa

Em 2015,¹ a ajuda externa aumentou 4% em termos reais, para de seguida decrescer de 1.7% em 2016, pois alguns doadores recuaram em relação ao compromisso de reversão do decréscimo de fluxos para os países mais pobres que se registou no passado, o qual foi assumido na Terceira Conferência Internacional de Financiamento do Desenvolvimento, que decorreu em 2015 em Adis Abeba. Os fluxos públicos internacionais continuam a ser um pilar fundamental do financiamento do desenvolvimento, especialmente nos países africanos de rendimento baixo, onde a APD representa mais de 50% do total de financiamento externo, mas a sua importância relativa está a diminuir. Isto aplica-se particularmente à ajuda bilateral de países da OCDE. A percentagem da APD no total dos fluxos externos em África diminuiu de 37% em 2002-06 para os 28% registados em 2012-16. A ajuda ao desenvolvimento proveniente da China e de outros parceiros emergentes, no entanto, está em rápido crescimento.

A mobilização de receitas internas em África está a abrandar desde 2013, em consequência da queda generalizada dos preços das matérias-primas, particularmente do petróleo. Apesar de muitos países pobres em recursos naturais terem realizado esforços consideráveis para melhorar a coleta de receitas fiscais no passado recente, de forma geral a mobilização de receitas internas continua a ser baixa (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. Fluxos financeiros e receitas fiscais em África, 2005-17
(mil milhões de USD, preços correntes)

		Média 2005-09	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (e)	2017 (p)
Externos	Investimento Direto Estrangeiro	48.7	46.0	49.8	49.4	53.1	56.0	51.3	56.5	57.5
	Privados									
	Investimento de carteira	10.5	28.5	21.6	34.3	23.0	21.3	15.7	6.5	5.2
	Remessas	41.7	53.1	59.6	64.3	63.7	67.2	64.8	64.6	66.2
	Ajuda Pública do Desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	42.6	47.8	51.6	51.8	56.8	54.3	51.0	50.2	50.9
	Total de fluxos externos	143.6	175.4	182.7	199.8	196.7	198.8	182.8	177.7	179.7
Internos	Receitas fiscais	351.9	458.2	512.7	561.5	541.0	506.4	436.8		
Total de fluxos externos	Países de rendimento baixo	30.8	39.4	42.7	45.7	54.2	55.4	47.5	49.7	51.6
	Países de rendimento médio-baixo	76.9	90.9	97.3	118.1	110.7	107.6	99.2	100.1	99.0
	Países de rendimento médio-alto	31.9	40.1	37.5	30.6	27.0	29.4	29.8	22.5	23.2

Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda Programável por País (APP) na OCDE (2016). A previsão para as remessas baseia-se na taxa de crescimento mundial prevista pelo Banco Mundial. (Esta tabela exclui empréstimos oficiais e de bancos comerciais e créditos comerciais).

Fontes: Adaptado de dados de *Perspetivas Económicas em África*, FMI (2016a), OCDE (2016) e Banco Mundial (2016b).

Os fluxos privados e públicos aumentarão ligeiramente em 2017, mas num quadro de volatilidade

Em 2017, os fluxos de recursos externos dirigidos ao continente deverão crescer marginalmente. Estima-se que os fluxos privados² alcancem 128.9 mil milhões de USD em 2017, o que representa um acréscimo de 1.0% relativamente a 2016. O IDE deverá crescer 1.9% mas permanecerá volátil, fruto dos riscos internos e globais. A debilidade da economia global e a lenta melhoria dos preços das matérias-primas pode diminuir o entusiasmo dos investidores. Por outro lado, o cenário de investimentos em África pode ser afetado pelas consequências dos acontecimentos políticos de 2016, particularmente o *Brexit*, no Reino Unido, o resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos e os crescentes riscos geopolíticos globais. No plano interno, alguns países começam a enfrentar riscos de abrandamento, resultado dos lentos progressos em termos de ambiente de negócios e da instabilidade política.

Os fluxos de carteira irão decrescer ainda mais, de cerca de 20.3%, refletindo a baixa das entradas de investimento na República Democrática do Congo (RDC), na Nigéria e na África do Sul. Também as operações de *private equity* sofreram com o menor preço das matérias-primas e a volatilidade das divisas. No entanto, sondagens demonstram que a maioria dos investidores esperam que as transações privadas de ativos mantenham a tendência positiva a médio prazo, se bem que a um ritmo menor.

As remessas com destino a África deverão manter-se estáveis em 2017, com um ligeiro aumento de 2.4% num montante de 66.2 mil milhões de USD. A distribuição regional das remessas deverá continuar a ser desigual, recebendo a África do Norte e a África Ocidental o grosso dos fluxos.

Novas utilizações dos fluxos financeiros privados e da ajuda ao desenvolvimento podem dinamizar o empreendedorismo em África

Depois de ter caído em 2016, antecipa-se que em 2017 a ajuda ao desenvolvimento regresse ao nível de 2015 (50.9 mil milhões de USD), posteriormente decrescendo em 0.5% em 2018 e 0.1% em 2019. Prevê-se que a ajuda a alguns países africanos de rendimento baixo diminua e que 17 destes 27 países recebam em 2019 menos ajuda do que em 2015; o que, considerando a dependência desses em relação à ajuda ao desenvolvimento, é preocupante.

Reforçar a mobilização de recursos internos será fundamental para contrabalançar a diminuição da ajuda ao desenvolvimento. Os governos africanos têm que desenvolver esforços acrescidos para reforçar os sistemas fiscais, expandir a base tributária interna e fortalecer os mercados financeiros locais de modo a atrair outros fluxos privados. Estes recursos internos, porém, não serão suficientes para corresponder às necessidades financeiras. Mais e melhor ajuda continuará a ser um complemento fundamental, especialmente nos países de rendimento baixo (BAD et al., 2015).

Para por em prática a Agenda de Ação de Adis Abeba e a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a comunidade do desenvolvimento está a explorar formas de usar a ajuda ao desenvolvimento como catalisador para a mobilização de investimento privado. Alguns exemplos incluem empréstimos mistos (*blended finance*), investimentos de capital, garantias ou as mais tradicionais parcerias público-privadas.

O setor privado desempenhará um papel cada vez mais importante, não só na mobilização do financiamento, mas também na capacitação de competências e know-how e na promoção da inovação. A este respeito, as grandes fundações filantrópicas estão a ter um papel cada vez mais importante, envolvendo-se em empréstimos mistos e em investimentos com impacto social.

Os fluxos privados de capital podem também contribuir significativamente para o desenvolvimento do empreendedorismo local, nomeadamente no estímulo à inovação de base tecnológica nos serviços financeiros locais. O crescimento exponencial de bancos sem agências físicas e de tecnologia de *mobile banking* é uma tendência positiva nessa direção.

Também as remessas têm um imenso potencial inexplorado em termos de mobilização de recursos. Os “empreendedores da diáspora”, por exemplo, podem ajudar a dinamizar o empreendedorismo nos seus países de origem (ver Capítulo 8), seja diretamente (isto é, sendo eles próprios empreendedores) ou indiretamente, alavancando as suas remessas para o financiamento de investimentos empresariais. A contribuição da diáspora vai muito além do investimento financeiro, incluindo transferência de conhecimento e competências e maior acesso aos mercados de capitais internacionais. Os decisores políticos e a comunidade do desenvolvimento procuram vias para explorar este potencial, como por meio da criação de ambientes empresariais propícios para o empreendedorismo e para os investimentos da diáspora.

Os investimentos em África estão a regressar ao crescimento

Esta seção aborda as recentes tendências do IDE,³ do investimento intra-africano e do investimento de carteira, bem como as perspectivas de futuro. Realça a volatilidade característica dos fluxos de investimento em África em 2015-16 e analisa as estratégias dos países africanos para reduzir a vulnerabilidade face à evolução dos preços das matérias-primas. As perspectivas para o IDE em 2017 são favoráveis, mas a volatilidade pode manter-se, fruto de riscos globais e internos.

Os fluxos de investimento externo regressam ao crescimento em 2016

Os fluxos de IDE para o continente registaram alguma volatilidade em 2015-16, sendo os países ricos em recursos naturais mais afetados com o seu decréscimo. Em 2016, o IDE com destino a África representou 11.5% do IDE global, com 642 projetos responsáveis por 4% (fDi Markets, 2017). O IDE registou uma queda de 8% em 2015, mas os fluxos para África recuperaram em 2016, crescendo mais de 10%, para 56.5 mil milhões de USD, e estima-se que deverão permanecer em torno dos 57.5 mil milhões em 2017⁴ (FMI, 2016a e CNUCED, 2016c).

Após a crise financeira de 2007-08, entre 2010 e 2014 os fluxos de IDE para África cresceram 22%. Esta tendência traduz as altas taxas de crescimento do continente, com aumento de população, a expansão da classe média e uma perceção de melhorias na estabilidade política e macroeconómica. Muitos dos grandes ganhos em fluxos de IDE neste período de cinco anos estiveram ligados à indústria extrativa, nomeadamente na Argélia e no Egito, no Norte de África, no Gana e na Nigéria, na África Ocidental, no Chade e na República do Congo (Congo), na África Central e em Angola, Moçambique e África do Sul, na África Austral (KPMG, 2016a). No entanto, o fim do «super-ciclo» das matérias-primas teve um enorme impacto no crescimento do PIB e no investimento em recursos naturais em África, o que levou a uma contração do IDE em 2015, particularmente nas economias alicerçadas em recursos naturais da África Central e Ocidental.

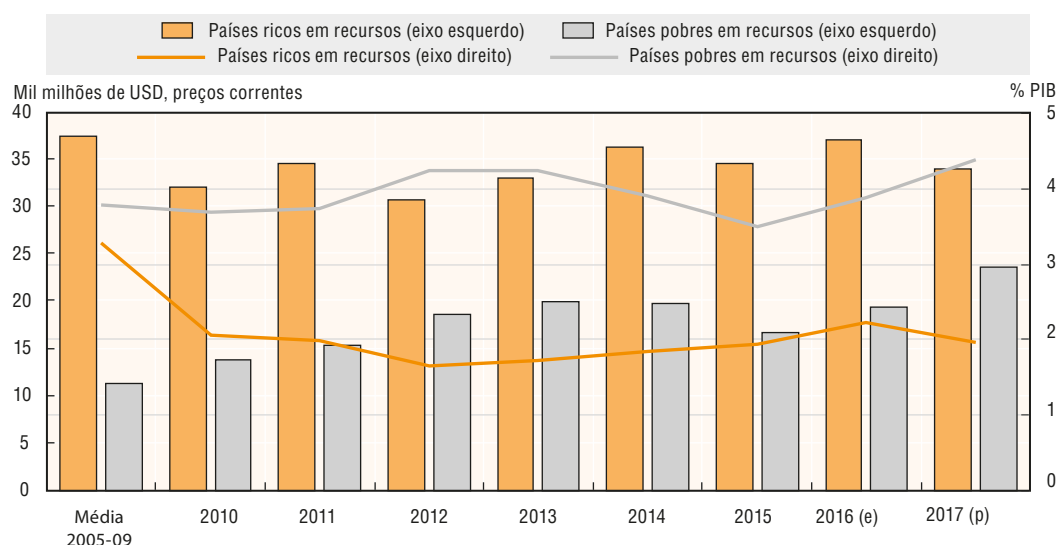
De acordo com as estimativas, a persistência das perspectivas no petróleo, no gás e na mineração, não impediu a recuperação dos fluxos de IDE em 2016. Esta situação deve-se à crescente diversificação do investimento para os setores dos serviços e da indústria transformadora e para projetos relacionados com infraestruturas. Nos projetos de raiz anunciados entre janeiro e novembro de 2016 (fDi Markets, 2017), a proporção de carvão, gás e petróleo no IDE total em África desceu para 14% (24% em 2015 e 36% em 2014).

A redução de 19% no investimento (de 15.8 mil milhões de USD em 2015 para 12.9 mil milhões em 2016) foi mais do que compensada pelo crescente investimento na construção

(+300%), na indústria transformadora (+40%), transportes (+300%), eletricidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Os países ricos em recursos naturais⁵ continuam a ser o principal destino dos fluxos de investimento, mas em 2015 o IDE neste grupo desceu. Por outro lado, os países pobres em recursos representam uma fatia cada vez maior no IDE. Segundo o FMI, os países pobres em recursos deverão receber 40% do IDE em 2017, por comparação com 33% em 2015 e 24% em 2009. Em paralelo, projeções apontam para que o rácio IDE-PIB nos países pobres em recursos registe 4.4% em 2017, o dobro do nível de 2002. Em contrapartida, o rácio nos países ricos em recursos naturais deverá passar, no mesmo período, de 4% para 2% (Figura 2.2).

Figura 2.2. Investimento direto estrangeiro em África, países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais, 2005-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fontes: Adaptado de FMI (2016a) e CNUCED (2016c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933474982>

Os investimentos externos estão a diversificar para os serviços e a indústria transformadora

De acordo com os anúncios de projetos de raiz em 2016, os principais destinos africanos do IDE foram o Egito, Marrocos, Angola, Gana, Moçambique, Etiópia, África do Sul, Nigéria, Tanzânia e Quênia, por esta ordem (fDi Markets, 2017). Em 2016, estes dez países representaram 92% do investimento direto estrangeiro anunciado para o continente (fDi Markets, 2017).

Apesar de o setor extrativo representar o grosso do investimento, alguns países estão a concentrar-se em serviços e setores transformadores menos intensivos em capital, de modo a reduzir a vulnerabilidade às variações dos preços das matérias-primas (Tabela 2.2). Marrocos, por exemplo, está a atrair IDE para a indústria automóvel, com os investimentos de raiz em 2016 a alcançar 1.3 mil milhões de USD (fDi Markets, 2017), nomeadamente da PSA Peugeot-Citroen e da Renault (França) e da Ford (Estados Unidos). Esta tendência resulta de um ambiente de negócios relativamente amigável, de uma boa política industrial, de um crescente mercado de consumo urbano, boas infraestruturas e acordos comerciais favoráveis (CNUCED, 2016a).

Tabela 2.2. Principais destinos de investimento direto em África por valor de investimento, 2016

Principais países de destino em 2016	Valor (mil milhões de USD)	Principais setores em 2016
Egito	10.1	Imobiliário, petróleo, gás, energias alternativas/renováveis
Marrocos	4.9	Energias alternativas/renováveis, imobiliário, automóvel
Angola	4.4	Petróleo, gás, comunicações, transportes
Gana	3.6	Petróleo serviços financeiros, construção
Moçambique	3.4	Transportes, carvão, gás, imobiliário
Etiópia	2.7	Química, imobiliário, têxteis
África do Sul	2.8	Carvão, petróleo, gás, transportes, automóvel

Fontes: Adaptado de FMI (2016a) e fDi Markets (2017).

Há novas políticas de atração de investimento externo para a indústria transformadora

Os países da África Oriental, como a Etiópia, estão a tornar-se destinos atrativos de investimento na indústria transformadora e em serviços. O governo etíope promoveu o desenvolvimento de parques industriais orientados para as indústrias têxtil, de curtumes, agroalimentar e farmacêutica, parte integrante do documento Visão 2025, que pretende fazer do país um centro de indústria ligeira em África. O Parque Industrial de Hawassa, por exemplo, inaugurado em julho de 2016, foi concebido e construído por uma empresa chinesa e inclui 35 unidades fabris e uma incubadora de empresas, equipadas com novas e inovadoras tecnologias alimentadas por energia verde. O parque já atraiu 15 grandes empresas transformadoras da China, Etiópia, Indonésia e Estados Unidos. Tem como meta empregar 60 000 pessoas na sua capacidade máxima, e gerar uma receita anual de exportações de mil milhões de USD. Estão já em construção ou em projeto outros nove parques (os parques Diredawa, Mekelle, Adama e Kombolcha devem ser concluídos no ano fiscal de 2016/17). Globalmente, o país canalizará um investimento anual de mil milhões de USD para parques industriais ao longo da próxima década. O objetivo é impulsionar a indústria exportadora, gerar conhecimento, transferir competências e contribuir para a criação de emprego.

Também o Quênia está a assumir uma posição mais importante no radar dos investidores, graças a uma nova legislação para atividades económicas, em vigor desde setembro de 2015. O pacote legislativo inclui a Lei das Empresas, a Lei do Serviço de Registo Empresarial, a Lei da Insolvência, a Lei das Finanças de 2015 e a Lei das Zonas Económicas Especiais (ZEE). Esta última integra uma série de incentivos para atrair investidores estrangeiros a estabelecer ZEEs de indústria transformadora (KPMG, 2016b). Apesar de os fluxos de IDE no Quênia terem registado uma queda em 2016, esses conheceram um aumento substancial nos últimos dez anos. Entre 2007 e 2015, a fDi Markets registou um aumento de 766.6% no número de projetos e um investimento de capital total de 14.04 mil milhões de USD. Na verdade, 2015 foi um ano recorde, com o Quênia a ocupar o segundo lugar na tabela dos destinos de IDE em África, a seguir à África do Sul. O país atraiu 12.44% do investimento total no continente, tendo a maioria dos fluxos destinados a serviços financeiros, serviços empresariais, comunicações, *software* e imobiliário (fDi Markets, 2016).

O investimento externo é moderado em países da África Austral como Moçambique e a África do Sul. Moçambique passou por uma recuperação ligeira em 2016, após uma queda de 24% no IDE em 2015 (CNUCED, 2016c e FMI, 2016a), mas os fluxos mantêm-se abaixo do seu potencial. As negociações entre as autoridades e os operadores de gás natural liquefeito para novos projetos no norte do país demoraram mais tempo do que o esperado. Esta demora levou ao adiamento ou mesmo à saída do país de muitas empresas ali estabelecidas com a perspetiva de benefícios advindos de negócios de gás natural liquefeito. A África do

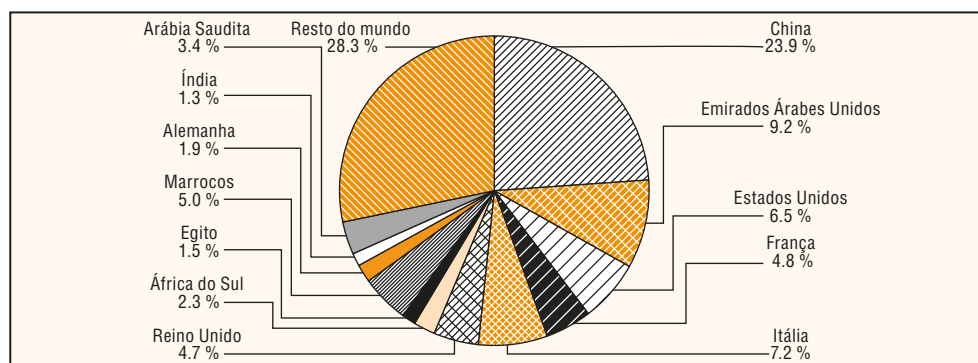
Sul, tradicionalmente um dos principais recetores da região, registou fluxos moderados em 2016, totalizando 1.8 mil milhões de USD. Apesar de este montante representar um aumento de 3% relativamente a 2015, – o nível mais baixo em dez anos – ele é substancialmente menor do que a média anual de 6 mil milhões de USD, registada no período 2011-14. Este modesto fluxo de investimentos traduz o fraco desempenho económico do país, a descida dos preços das matérias-primas e o aumento dos custos da eletricidade.

Nos países da África Ocidental, como o Gana e a Nigéria, o quadro é mais variado. A Nigéria conheceu um decréscimo dos fluxos de IDE devido à baixa dos preços do petróleo. Segundo a fDi Markets, projetos de raiz anunciados nos setores do petróleo, do carvão e do gás natural decresceram de 3.5 mil milhões de USD em 2015 para 1.7 mil milhões em 2016. No Gana, o IDE médio foi de 3.6 mil milhões de USD em 2016, o que representa uma alta de 13% em comparação com o ano anterior, graças a um maior investimento em serviços financeiros e empresariais.

O investimento da China em África continua a crescer

Se o IDE da Europa e da América do Norte – os parceiros de investimento tradicionais do continente – está a diminuir, as economias do Extremo e Médio Oriente estão a investir cada vez mais em projetos de raiz nos países africanos (Figura 2.3). Em particular, o investimento chinês continua a crescer, mesmo com o abrandamento da economia do país e a diminuição da procura de petróleo e minerais. De acordo com os projetos de raiz anunciados, e em comparação com 2015, o investimento de capital chinês em África entre janeiro e novembro aumentou 1400% (fDi Markets, 2017).

Figura 2.3. Fontes de investimento em projetos de raiz em África (pelo investimento de capital), 2015-16 (cumulativo)



Fonte: Adaptado de fDi Markets (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933474993>

A fDi Markets estima que os anúncios de investimento em projetos de raiz em África por companhias chinesas se situem em 2016 acima dos 30 mil milhões de USD. Trata-se do valor mais alto registado, ultrapassando largamente o recorde de investimento chinês registado de 2008, que foi de um montante ligeiramente superior a 9 mil milhões de USD (fDi Markets 2017). Além disso, o número de projetos conhece um novo recorde, já que o valor de 2015 foi duplicando, com 64 projetos anunciados entre janeiro e novembro de 2016. Estima-se que estes investimentos tenham criado cerca de 38 000 postos de trabalho (fDi Markets, 2017). O pico de 2016 explica-se sobretudo pelo negócio de 20 mil milhões de USD assinado entre o governo egípcio e a China Fortune Land Development Co. (CFLD), cujo objetivo é desenvolver e gerir 5 700 hectares a leste do Cairo, sede da nova capital administrativa do Egito. O restante do investimento chinês em África divide-se em petróleo, transportes, construção e vestuário.

A China liderou o investimento de raiz em África em 2015-16 (38.4 mil milhões de USD), mas outros investidores estão crescendo (Figura 2.3). Os principais investidores depois da China, em termos de valor de projetos de raiz anunciados, foram os Emirados Árabes Unidos (EAU) (14.9 mil milhões de USD), Itália (11.6 mil milhões de USD), os Estados Unidos (10.4 mil milhões de USD), Marrocos (8.1 mil milhões de USD), França (7.7 mil milhões de USD) e o Reino Unido (7.5 mil milhões de USD). Os países europeus foram responsáveis por 27% do IDE em África e 34% dos postos de trabalho criados diretamente por IDE de raiz (92 800 postos de trabalho em 2015-16) (fDi Markets, 2017). Em 2015-16, a Índia investiu 2.2 mil milhões de USD em 64 projetos em África. É importante salientar que entre 2008 e 2014 a Índia investiu cerca de 33 mil milhões de USD em 261 projetos de raiz, o que representa 8% do total de investimento de raiz anunciado no continente neste período (fDi Markets, 2017).

No total, 495 empresas investiram em África em 2016 – números similares aos de 2015. O conglomerado baseado nos EAU Al Habtoor Group, o segundo maior investidor em volume de capital (ver Tabela 2.3), é conhecido pela atividade na construção, mas está também presente na hotelaria, no setor automóvel, no imobiliário, e nos setores da educação e das publicações. A Eni SpA é o terceiro maior investidor, na sequência da decisão de construir o complexo de processamento de gás de Zohr no Egito (fDi Markets, 2017).

Tabela 2.3. Principais empresas investidoras em África por volume de capital, 2015-16 (cumulativo)

Empresa investidora	Capital (USD mil milhões)	Número de projetos	Empregos criados
China Fortune Land Development (CFLD)	20.0	1	3 000
Al Habtoor Group	8.5	1	3 000
Eni SpA (Eni)	8.1	5	2 984
China Petroleum Pipeline Bureau (CPP)	6.0	2	6 000
Office Cherifien des Phosphates (OCP)	4.2	4	947
Sisban Holding	3.6	1	3 000
Terra Sola	3.5	1	776
China State Construction Engineering Corporation	3.3	1	3 000
Indorama	3.1	3	3 002
Bionas Agropolitan Technology Corridor	2.5	1	1 520
Total E&P Angola	2.2	1	214
Taaleritehdas	2.2	7	5 150
Enel Green Power	2.2	11	516
Korea Electric Power	2.1	1	210

Nota: Dados apresentados para empresas de 170 países de origem, em 54 países de destino, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016. Os dados apresentados incluem projetos de IDE anunciados ou executados. Os dados relativos ao capital investido e à criação de postos de trabalho baseiam-se no investimento que a empresa faz à data do anúncio ou abertura do projeto. Como as empresas podem captar investimento local, organizar seus investimentos em fases num determinado período de tempo e canalizar o investimento através de diferentes países, por questões de eficiência fiscal, os dados utilizados pela fDi Markets são diferentes dos dados oficiais de fluxos de IDE.

Fonte: Adaptado de fDi Markets (2017).

As multinacionais estão em investir em África em busca de mercados

Em 2015-16, a localização foi a principal razão na tomada de decisão de IDE empresarial (Tabela 2.4). Mais de 50% dos projetos tiveram na base o acesso a mercados internos, e cerca de dois terços do IDE resultaram da proximidade a consumidores e mercados regionais



Tabela 2.4. Determinantes do investimento direto estrangeiro em África, 2015-16

Motivo	Projetos	% de projetos de IDE
Potencial de crescimento do mercado interno	98	55.6
Proximidade a mercados ou clientes	57	32.3
Regulação ou clima de negócios	52	29.5
Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	17	9.6
Infraestruturas e logística	9	5.1
Cluster industrial/massa crítica	5	2.8
Menores custos	4	2.2
Infraestruturas de TIC	4	2.2
Atratividade/qualidade de vida	3	1.7
Instalações/imobiliário	3	1.7
Outros motivos	8	4.5

Fonte: Adaptado de fDi Markets (2017).

Marrocos lidera o investimento intra-africano

Os investimentos intra-africanos diminuiram ligeiramente em 2015-16, mas a tendência geral é de crescimento. A percentagem de investimento em projetos de raiz anunciados com origem em África foi de 17%, ligeiramente abaixo da média de 19% registada em 2009-14, mas ainda acima dos 11% de 2003-08. Espera-se que estes investimentos criem aproximadamente 38 000 postos de trabalho em 2015-16 (fDi Markets, 2017).

Marrocos é cada vez mais um importante investidor no continente, com cerca de 8 mil milhões de USD de capital anunciado para 2015-16, num reflexo das crescentes capacidades das empresas marroquinas em serviços financeiros, telecomunicações e na indústria transformadora (CNUCED, 2016c). A maioria do investimento anunciado de Marrocos concentra-se na Etiópia. Esta concentração resulta do acordo assinado em novembro de 2016 entre o grupo produtor de fosfatos marroquino Office Chérifien des Phosphates (OCP) e o governo etíope para um investimento de mais de 3 mil milhões de USD na construção de uma fábrica de fertilizantes. O segundo maior recetor de IDE marroquino é a Côte d'Ivoire (2.7 mil milhões de USD em 2015-16), país onde Marrocos ultrapassou a França no topo dos investidores. Entre as companhias marroquinas que operam no território marfinense estão as subsidiárias bancárias Akwa Group e BTP. Em termos globais, nos últimos dez anos as instituições financeiras marroquinas expandiram-se pela África subsariana através de numerosas aquisições, estando os bancos marroquinos agora presentes em mais de 20 países africanos.

Um número cada vez maior de grandes empresas africanas está a expandir as suas operações à escala continental, e algumas delas estão ativas em diversos setores. Estão a emergir empresas africanas de sucesso no retalho, nos serviços financeiros e nos transportes. Em África, há 700 empresas com receitas superiores a 500 milhões de USD anuais. Metade das grandes empresas do continente está baseada na África do Sul (McKinsey, 2016).

Embora o investimento da África do Sul é atualmente menor do que no passado, permanece uma fonte relevante de IDE para a África Austral e lidera os projetos de raiz. Em 2015-16, a África do Sul foi responsável por um investimento de capital de 3.6 mil milhões de USD, canalizados para cerca de 60 projetos. No mesmo período, o Quênia, a Nigéria e as Maurícias foram igualmente fontes importantes de investimento intra-africano, com, respetivamente, 51, 22 e 18 projetos de raiz (fDi Markets, 2017).

A inovação de base tecnológica está a apoiar o empreendedorismo africano

A tecnologia está a criar novos modelos e a alterar profundamente as cadeias de valor, levando a novas forma e métodos de investimento externo. O IDE de base tecnológica, particularmente, tem potencialidades de efeitos em cascata com impacto no empreendedorismo local. Os empreendedores africanos estão a aplicar novas tecnologias a serviços tradicionais e, em paralelo, fazem crescer os seus negócios. As inovações vão dos serviços financeiros e pagamentos móveis a projetos de energia fotovoltaica. Tanto as empresas estrangeiras como as africanas estão a trabalhar com *start-ups* e plataformas tecnológicas para construir a nova geração de empreendedores tecnológicos (ver Caixa 2.1).

Caixa 2.1. Inovação de base tecnológica como plataforma para o empreendedorismo

As seguintes *start-ups* estão a adotar inovações de base tecnológica:

Tala. Aplicação de crédito móvel baseada em Santa Monica, Estados Unidos, opera no Quênia e na Tanzânia, e está em processo de expansão para a África Ocidental. A Tala privilegia os mercados emergentes, permitindo a construção de uma identidade financeira a qualquer pessoa que tenha um telemóvel. Através da sua aplicação, a Tala liga mais de 10 000 pontos de dados por cliente para criar um perfil de risco de crédito instantâneo, permitindo serviços financeiros personalizados e concessão de créditos diretamente para o telemóvel do cliente. A Tala já processou 275 000 empréstimos no Quênia, para uma base de 75 000 consumidores. A maioria são micro e pequenos empresários que necessitam de pequenos empréstimos para financiar os seus negócios mas que não têm acesso à banca tradicional, que os considera como clientes de alto risco e exige garantias colaterais. Os empréstimos móveis estão em rápido crescimento no Quênia, com cerca de uma dúzia de grandes operadores no mercado, incluindo plataformas da banca comercial como a M-Shwari, M-Co-op Cash, KCB M-Pesa e a Equitel.

Oxygen Africa Limited. Baseada no Zimbabwe, é uma companhia de assessoria de investimentos que apoia os investidores estrangeiros no Zimbabwe. Em 2013, a Oxygen Africa associou-se ao grupo suíço Meeco, uma empresa de energias renováveis, numa *joint venture* para criar a Oursun Energy Zimbabwe. Este produtor de energia independente especializou-se no desenvolvimento, construção, propriedade e operação de projetos energéticos de energia fotovoltaica para abastecimento da rede no Zimbabwe. A Oxygen Africa reuniu 7 milhões de USD e está atualmente a desenvolver duas unidades solares de 5 MW ligadas à rede no Zimbabwe.

Efulusi Africa. Baseada na Tanzânia, é uma empresa de desenvolvimento de *software* especializada em aplicações financeiras móveis e plataformas agregadoras. A Efulusi é reconhecida pelo desenvolvimento e introdução da primeira plataforma de *mobile banking* na Tanzânia. Em 2014, o seu fundador criou o Grupo AIM, a principal agência digital no país. A AIM tem agora 25 funcionários e tem como clientes as mais importantes marcas da Tanzânia.

mPedigree. Baseada no Gana, é o líder global na utilização de tecnologias *web* e móveis para a proteção de produtos contra desvio, falsificação e contrafação. Os seus serviços permitem que os consumidores autenticuem os produtos através de códigos PIN ou SMS. A mPedigree ajudou a lançar um movimento que capacita as empresas para a proteção das suas marcas, por um lado, e auxilia os governos na salvaguarda de sistemas de regulação de produtos falsos ou contrafeitos, por outro. A mPedigree contribui igualmente para a segurança humana ao proteger medicamentos e produtos agrícolas, como pesticidas e sementes.

Fontes: Baseado nos relatórios das empresas e em artigos jornalísticos (Forbes, 2016; US Africa Business Forum, 2016).

Os fluxos de investimento de países africanos para destinos fora do continente estão a decrescer

Se nos últimos anos se assistiu ao aumento dos fluxos de IDE de África para o resto do mundo, este movimento diminuiu em 2016, registando o nível mais baixo desde 2012, com 10.6 mil milhões de USD (FMI, 2016a).

Em particular, os fluxos com origem na Nigéria e na África do Sul decresceram desde 2015, em grande medida devido à queda dos preços das matérias-primas, menor procura por parte dos principais parceiros comerciais e a desvalorização das divisas nacionais. A África do Sul, historicamente o maior investidor fora do continente, registou em 2015 uma diminuição de 30% no seu IDE (atingindo o valor de 5.3 mil milhões de USD) e teve uma queda adicional de 58% em 2016, ano em que registou 2.2 mil milhões de USD (FMI, 2016a).

O IDE deve aumentar ligeiramente em 2017, mas a volatilidade provocada por riscos internos e globais deverá manter-se

Estima-se que os fluxos de IDE com destino a África cresçam cerca de 2% em 2017, alcançando 57.5 mil milhões de USD. O Egito deverá ser o maior recetor (9.5 mil milhões de USD), seguido da Etiópia (4.4 mil milhões de USD) e de Marrocos (4.3 mil milhões de USD). Em 2017, os fluxos de IDE deverão crescer gradualmente em alguns países exportadores de matérias-primas, após o abrandamento de 2016. Para a Nigéria espera-se a duplicação do nível de 2016, com um montante de 2.9 mil milhões de USD, fruto das reformas políticas desenhadas para atrair o investimento privado. Em Moçambique, estima-se que em 2017 o IDE chegue aos 3 mil milhões de USD, permanecendo mesmo assim abaixo da média de 2012-15 (4.3 mil milhões de USD). Este crescimento resulta dos recentes progressos nos acordos contratuais com a petrolífera americana Anadarko e com a italiana Eni, que impulsionou o investimento no enorme setor do gás em Moçambique. No Gana, os fluxos de IDE deverão subir (para 3 mil milhões de USD), pois as condições macroeconómicas continuam a melhorar, em paralelo com a melhoria no acesso à energia. Também se espera que a Côte d'Ivoire e o Quênia registem um crescimento no IDE (para 2.1 mil milhões e 1.3 mil milhões de USD, respetivamente), pois ambos os países estão com um desempenho relativamente bom, tanto em termos de infraestruturas como de ambiente de negócios.

Para outros países, como a África do Sul, Angola e a RDC, as perspetivas para 2017 são menos positivas. Na África do Sul, os fluxos de IDE deverão continuar estagnados (com 1.7 mil milhões de USD), em consequência da incerteza política e de questões estruturais perenes, incluindo a instabilidade no acesso à energia (Banco Mundial, 2016a). Os fluxos de IDE para Angola deverão igualmente diminuir, devido à queda dos preços do petróleo, à elevada inflação e a uma política monetária restritiva, embora se mantenham fortes (3 mil milhões de USD). Finalmente, a RDC deverá registar um declínio do IDE de 35% (para 0.8 mil milhões de USD), pois o fraco investimento, resultado da tensão política, agrava os efeitos da baixa do preço do cobre.

Em termos gerais, um conjunto de elementos globais e internos ameaçam estas perspetivas. Na frente externa, a estagnação da economia global, em paralelo com o menor crescimento da economia chinesa (Yao, 2014) e com melhorias lentas no preço das matérias-primas (que levam os investidores estrangeiros a diminuir as operações em países ricos em recursos naturais) pesam no investimento transnacional. Uma incerteza (e volatilidade) acrescida deriva dos potenciais efeitos do Brexit no Reino Unido, da mudança na administração norte-americana e de um crescente risco geopolítico global.

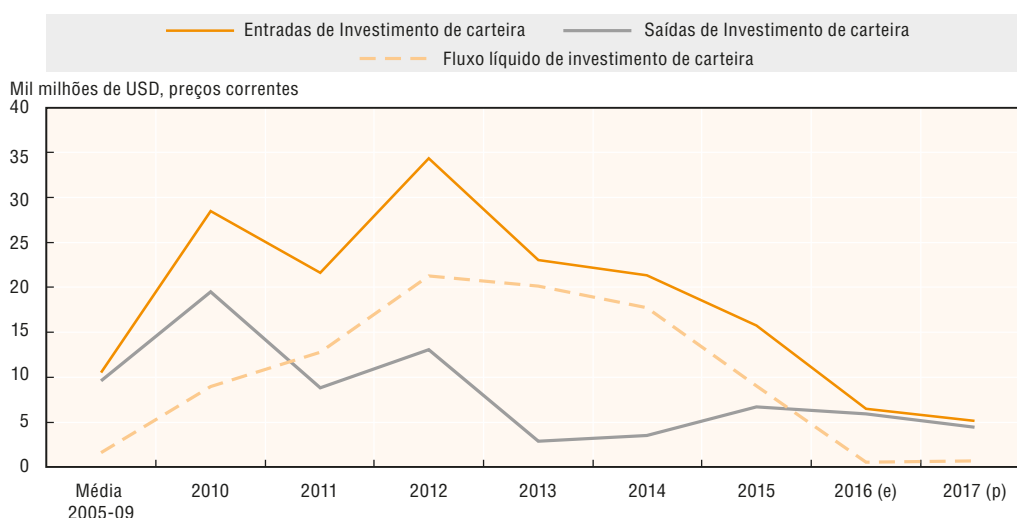
Na frente interna, os riscos de abrandamento têm origem em determinados países devido aos lentos progressos tanto no desenvolvimento do ambiente de negócios como

nas respostas à instabilidade política. A incerteza em torno dos atos eleitorais de 2017, particularmente em Angola, na RDC, no Quênia, na Libéria e no Ruanda, também é uma ameaça. Por fim há alguns países onde a atividade terrorista e a degradação da segurança são fontes adicionais de risco (Banco Mundial, 2016a).

Os investimentos de carteira (entrada e saída) estão a diminuir

De acordo com as estimativas, os fluxos de investimento de carteira com destino a África, incluindo investimentos internacionais em ativos e títulos da dívida emitidos por entidades não residentes, diminuíram 60% em 2016, registrando 6.5 mil milhões de USD (FMI, 2016a). O investimento de carteira com origem em África também diminuiu, se bem que de forma menos acentuada, em cerca de 22%, atingindo os 10.6 mil milhões de USD. Para 2017, espera-se que tanto as entradas como as saídas mantenham essa tendência, atingindo 5.2 mil milhões de USD e 9.0 mil milhões de USD, respetivamente (FMI, 2016a) (Figura 2.4).

Figura 2.4. Entrada e saída de investimento de carteira em África, 2005-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Adaptado de FMI (2016a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475001>

A emissão de Eurobonds em África regista uma diminuição acentuada

Em 2016, África registou o mais baixo volume de entrada de investimento de carteira desde 2008, pois os investidores responderam aos choques globais comprando menos ativos de países em desenvolvimento. Em contraste com a tendência de crescimento rápido da emissão de obrigações soberanas no plano regional, em 2016 só o Gana e a África do Sul operaram no mercado obrigacionista internacional. Os investidores procuram maior rentabilidade, o que aumenta os custos de acesso a financiamento externo por parte de governos em stress, forçando-os a adiar planos de emissão de Eurobonds (Banco Mundial, 2016a). Os Eurobonds representam atualmente uma importante fatia do estoque da dívida pública em alguns países subsarianos com “economias de fronteira”, como o Gabão (48%), a Namíbia (32%), a Côte d’Ivoire (26%), a Zâmbia (24%), o Gana (16%), o Senegal (15%) e o Ruanda (13%) (FMI, 2016b).

Embora o *spread* das obrigações soberanas tenha descido ligeiramente no primeiro semestre de 2016, mas é ainda alto, se comparado com outros mercados emergentes. Por exemplo, o rendimento da dívida soberana nos mercados secundários subiu 170 pontos-base no Gana e 310 pontos-base na Zâmbia desde outubro de 2014, situando-se em torno

dos 9% em agosto de 2016. Em contraste, o rendimento de títulos soberanos em países com melhor desempenho, como a Côte d'Ivoire, o Quênia ou o Senegal, mantiveram-se estáveis entre 5.5% e 7% (FMI, 2016b).

Só no primeiro semestre de 2016, a Moody's, a S&P e a Fitch baixaram o *rating* da dívida soberana de Angola, Congo, Gabão, Lesoto, Moçambique e Zâmbia. A classificação foi justificada com o serviço da dívida, a recessão causada pelo colapso do preço do petróleo e os riscos emergentes. O ritmo da degradação acelerou ao longo do ano, o que faz com que o custo do financiamento internacional tenha sido relativamente alto para estes países (Banco Mundial, 2016a).

Foram diversos os países africanos que conheceram uma redução do fluxo de investimentos de carteira em 2016 e as perspectivas para 2017 não são animadoras. Apesar da África do Sul ser ainda o principal recetor de investimentos de carteira, registou a maior queda na entrada de capitais, passando de 8.3 mil milhões de USD em 2015, para um valor estimado de 3.4 mil milhões de USD, em 2016. As estimativas apontam para uma entrada de capitais decrescente em 2017 (situando-se em 2.9 mil milhões de USD). Verifica-se um cenário de decréscimo também na RDC, com movimentos negativos de -1.2 mil milhões de USD em 2016, e esperando-se mais uma queda em 2017 (-3.4 mil milhões de USD). No caso da Nigéria, apesar de um aumento moderado (30%) nos fluxos de investimento de carteira, registando 1.1 mil milhões de USD, este montante está ainda muito abaixo da média de 2009-14, de 6.5 mil milhões de USD (FMI, 2016a), devido à escassez de divisas, dos controlos de capital e de dificuldades nos complexos petrolíferos. Prevê-se que a entrada de investimentos de carteira na Nigéria diminua para 0.3 mil milhões de USD em 2017. De acordo com o FMI, o efeito conjunto de menores entradas de investimento de carteira na RDC, Nigéria e África do Sul explica as perspectivas negativas para 2017 em todo o continente. No entanto, é importante notar que a Nigéria emitiu *Eurobonds* no valor de mil milhões de USD no primeiro trimestre de 2017.

Operações de *private equity* estão a crescer a um ritmo mais lento

A queda dos preços das matérias-primas e a volatilidade cambial em muitos países africanos refletem-se no setor das participações de capital privado - *private equity* (PE). Os negócios africanos de PE desceram para 2.5 mil milhões de USD em 2015, quando em 2014 tiveram um volume de 8.1 mil milhões de USD. No primeiro semestre de 2016, o valor total de negócios de PE em África foi somente de 0.9 mil milhões de USD (AVCA, 2017).

Apesar do abrandamento da atividade, o número de operações significativas indica que os fundos PE continuam a investir em empresas africanas com potencial de crescimento de longo prazo. Os exemplos mais importantes incluem o negócio de 115 milhões de USD entre a Helios Investment Partners e a Oando Gas and Power, na Nigéria. Também o Quênia – uma das mais resilientes economias africanas em 2016 – registou uma intensa atividade, com a Apis Partners a investir na Direct Pay Online (uma companhia financeira e tecnológica) e a LeapFrog Investments a investir 22 milhões de USD no setor farmacêutico (Popo, 2017).

Com a queda dos preços das matérias-primas, a tecnologia, os serviços financeiros, o setor financeiro e tecnológico e as infraestruturas adquiriram maior destaque em 2016, uma tendência que se espera que continue em 2017. A Iniciativa Chan Zuckerberg, fundação criada por Mark Zuckerberg e a sua esposa, investiu 24 milhões de USD na Andela, uma empresa de formação de desenvolvimento de software que opera no Quênia e na Nigéria. A Commonwealth Development Corporation investiu 55 milhões de USD na Jumia, a principal plataforma Africana de e-comércio que opera em 23 países, e a Interswitch, empresa de pagamentos digitais e e-comércio adquiriu a VANSO, companhia nigeriana de dinheiro móvel (Popo, 2017).

De acordo com o Inquérito de Confiança sobre *Private Equity* em África de 2016 (Deloitte, 2016), a maioria dos investidores espera que a atividade de PE continue com a tendência positiva

a médio prazo, se bem que num ritmo mais moderado. Os investidores antecipam novas oportunidades em mercados em rápida expansão, como a Côte d'Ivoire, a Etiópia e a Tanzânia, que deverão substituir destinos mais tradicionais como a África do Sul, o Quênia e a Nigéria.

A Caixa 2.2 elenca os principais fundos de investimentos em África e a sua concentração setorial e geográfica.

Caixa 2.2. Os maiores fundos de *private equity* em África

O investimento local e internacional em fundos de PE em África cresceu nos últimos anos, apesar do abrandamento de 2016. Entre 2010 e o primeiro semestre de 2016, os fundos PE investiram um total de 22.7 mil milhões de USD em África, repartidos por 928 negócios registados (AVCA, 2017). Só em 2013-15, os fundos PE somaram 14.8 mil milhões de USD em negócios (BCG Perspectives, 2016). Em termos de valor, o peso da África Austral nos negócios do continente africano caiu para uma média de 15%, entre 2010 e 2015, segundo a AVCA, enquanto a África Central, Oriental e Ocidental atraíram 33% do investimento total (BCG perspectives, 2016).

As seguintes empresas estão entre os maiores fundos de PE em África:

A **Helios Investment Partners** é uma empresa de PE de 3 mil milhões de USD, cuja atividade se centra em África. Gere um grupo de fundos e as suas respetivas entidades de coinvestimento. As empresas da carteira da Helios operam em 35 países africanos, em diversos setores industriais, destacando-se as infraestruturas e serviços de comunicações.

O **Blackstone Group**, sediado nos Estados Unidos, é um dos maiores fundos de PE do mundo. O grupo investiu quase 2 mil milhões de USD em projetos de infraestruturas por meio da sua subsidiária Black Rhino, na Etiópia, em Moçambique, na Nigéria e no Togo.

O **Abraaj Group**, com base no Dubai, está presente em África há duas décadas. Nesse período de tempo, mobilizou 3 mil milhões de USD em setores como a saúde, os serviços financeiros, logística, bens de consumo e alimentação. Em 2015, o Abraaj reuniu 1.3 mil milhões de USD para os seus fundos que operam em África (AVCA, 2017). Em outubro de 2016, o grupo anunciou a aquisição de uma posição minoritária na Indorama Fertilizers B.V., o maior fabricante de fertilizantes da África subsariana.

A **Carlyle Investment Management** captou 698 milhões de USD para investimento na África subsariana. Adquiriu igualmente posições no Banco Diamond, da Nigéria. No entanto, o banco acabou por perder 90% do seu valor em dólares desde que a Carlyle investiu 147 milhões de USD, em 2014, devido à queda da moeda e à grave escassez de divisas, consequência da descida do petróleo.

A **Warburg Pincus** é uma empresa de PE norte-americana. Em 2013, investiu 600 milhões de USD na Delonex Energy, uma companhia de exploração de petróleo e gás da África Central e Oriental.

A **Catalyst Principal Partners** é uma firma de PE de 125 milhões de USD, vocacionada para a África Oriental. Em 2011, captou 69 milhões de USD que deveriam ser canalizados para diversos investimentos na África Oriental. Usou parte desses fundos para investir 14.6 milhões de USD na Chemi & Cortex Industries Limited, um produtor de bens de consumo da Tanzânia.

Em termos setoriais, os fundos PE estão a diversificar as suas carteiras. Historicamente, estes fundos investiam principalmente em energia, banca e matérias-primas. Entre 2007 e 2014, porém, 57% dos investimentos de PE foram para empresas que fornecem bens e serviços a um crescente mercado de consumo em África (AVCA, 2017). Os fundos PE estão também a promover o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME). Por exemplo, a **AfricInvest** e a **Bpifrance** anunciaram o lançamento de um Fundo Franco-Africano (FFA), o primeiro fundo de investimento transnacional dedicado ao desenvolvimento de PME, tanto em África como em França. O fundo será gerido pela AfricInvest, empresa pan-africana orientada para operações de médio porte, com mil milhões de EUR de fundos em carteira e escritórios em seis países africanos e em França. A estratégia do fundo é o investimento em empresas de dimensão média com um significativo potencial de crescimento. Para além do apoio financeiro, a AfricInvest irá colaborar com empresas francesas no seu desenvolvimento estratégico em África, e com empresas africanas que pretendam expandir-se para França e para o continente europeu.

Fontes: Adaptado de Afk Insider (2016), BCG perspectives (2016) e AVCA (2017).



A saída de investimento de carteira deverá diminuir ligeiramente

Os investimentos de carteira com origem em África foram relativamente voláteis na última década e abrandaram em 2016, o que é fruto do decréscimo do investimento com origem na África do Sul. O país representou 54% do total de saída de investimento de carteira no período entre 2013 e 2015, mas essa percentagem foi reduzida para 28% em 2016. O investimento de carteira sul-africano passou de 3.9 mil milhões de USD em 2015 para 1.7 mil milhões de USD. O nível anterior refletia a aquisição (no valor de 1.2 mil milhões de USD) da empresa russa Kekh eKommerts pela sul-africana Naspers' (CNUCED, 2016c). Angola registou a maior saída de investimento de carteira em 2016, com 4.8 mil milhões de USD (FMI, 2016a).

As remessas podem estimular o investimento e alavancar o empreendedorismo

Esta seção aborda a tendência das remessas oficialmente registadas em África, destacando como os dados agregados escondem a enorme heterogeneidade do continente, tanto geograficamente como por grupo de rendimento. As remessas representam uma fonte de capital vital para os países africanos e estão a crescer. Podem ser aproveitadas para estimular o investimento e impulsionar o empreendedorismo.

Os fluxos de remessas continuam a ser uma fonte estável e importante de financiamento externo para África

Para muitos países africanos, os fundos enviados pelos emigrantes são essenciais para o consumo dos agregados familiares, para aumentar as reservas de divisas e possibilitar a realização de investimentos, incluindo em pequenas empresas e na educação. Em 2016, o rácio remessas-PIB foi de 10% ou superior em sete países, incluindo a Gâmbia, o Lesoto, a Libéria e o Senegal – países com grandes diásporas –, e as remessas per capita foram superiores a 100 USD em nove países (Tabela 2.5).

Tabela 2.5. Os quinze principais países recetores de remessas em África (em percentagem do PIB), 2016

País	% PIB	USD per capita	Mil milhões de USD, preços correntes
Libéria	30.4	150.0	0.66
Comores	21.4	161.4	0.13
Gâmbia	21.0	91.3	0.19
Lesoto	17.7	165.3	0.32
Senegal	13.2	127.4	1.96
Cabo Verde	12.1	384.7	0.20
Togo	10.0	60.3	0.45
Marrocos	6.8	209.9	7.10
Mali	6.6	55.6	0.94
Egito	5.7	204.9	18.66
Guiné-Bissau	5.6	36.3	0.07
São Tomé e Príncipe	5.5	93.5	0.02
Gana	5.0	78.1	2.15
Nigéria	4.8	108.9	20.00
Tunísia	4.8	180.0	2.02

Fontes: Adaptado de FMI (2016a) e Banco Mundial (2016b).

As remessas continuam a ser uma importante fonte de financiamento externo em África. Em 2016, representaram cerca de 37% do total de fluxos financeiros externos. As remessas dos emigrantes para África aumentaram gradualmente desde meados dos anos 1990, passando de 11 mil milhões de USD em 2000 para 64.8 mil milhões de USD em 2015. In 2016, o total de fluxos de remessas foi de 64.6 mil milhões de USD, aproximadamente o mesmo montante do ano anterior.

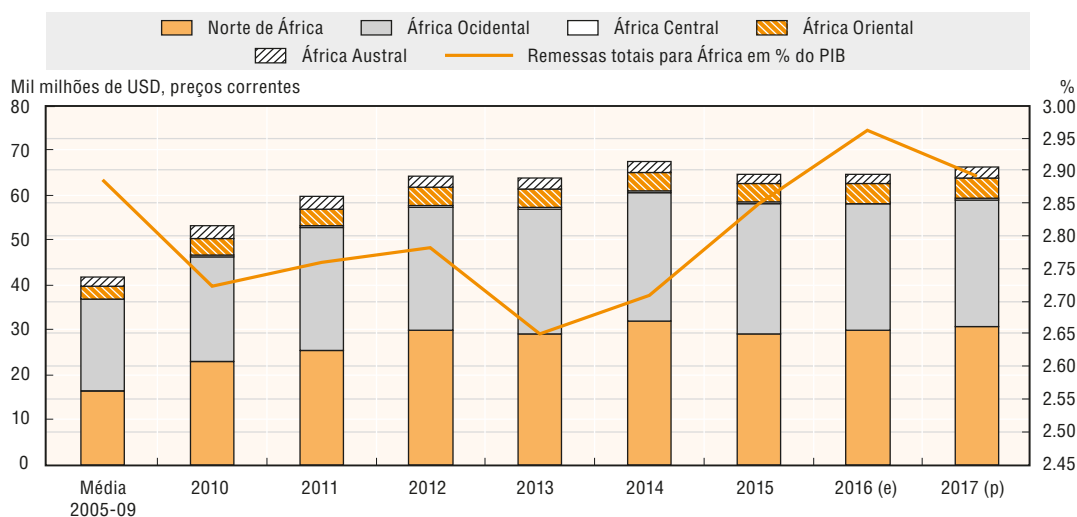
Para além de serem menos voláteis do que a ajuda ao desenvolvimento e o IDE, os fluxos de remessas têm a vantagem de aumentarem quando piora a situação económica dos recetores. Tendencialmente, os emigrantes enviam mais dinheiro quando o seu país de origem está em pior situação económica. Esta natureza contra-cíclica das remessas pode ajudar a sustentar o consumo e o investimento interno em tempos adversos.

O Egito e a Nigéria continuam a receber o grosso dos fluxos de remessas

A estabilidade relativa dos fluxos de remessas em África esconde importantes diferenças entre os países e as regiões. Em termos regionais, a África Ocidental e o Norte de África continuam a ser os maiores recetores de remessas (Figura 2.5). Em 2016, estas duas regiões receberam 90% das remessas do continente. A Nigéria recebe 71% das remessas na África Ocidental e o Egito é destino de 63% das remessas no Norte de África. Em 2016, os maiores recetores foram a Nigéria (20 mil milhões de USD), o Egito (18.7 mil milhões de USD), Marrocos (7.1 mil milhões de USD), o Gana (2.2 mil milhões de USD), a Argélia (2.1 mil milhões de USD), a Tunísia (2 mil milhões de USD) e o Senegal (1.9 mil milhões de USD). O Quênia (1.6 mil milhões de USD) e o Uganda (1.1 mil milhões de USD) foram os únicos países da África Oriental a ultrapassar o patamar de mil milhões de USD. Na África Austral, o maior recetor foi a África do Sul, com 0.8 mil milhões de USD.

Em 2016, os fundos enviados pelos emigrantes diminuíram substancialmente em alguns países africanos, enquanto outros registaram aumentos moderados. Os fluxos de remessas diminuíram no Lesoto (12.4%, para 320 milhões de USD), na Suazilândia (11.9%, para 16.5 milhões de USD) e na Namíbia (11.8%, para 7.7 milhões de USD), mas aumentaram no Burundi (cerca de 6%, para 54.1 milhões de USD), na Côte d'Ivoire (6.5%, para 409.6 milhões de USD), no Sudão (5.6%, para 160 milhões de USD), no Togo (5.9%, para 452.7 milhões de USD) e no Níger (5.6%, atingindo 154 milhões de USD).

Figura 2.5. Fluxos de remessas em África, por região 2005-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

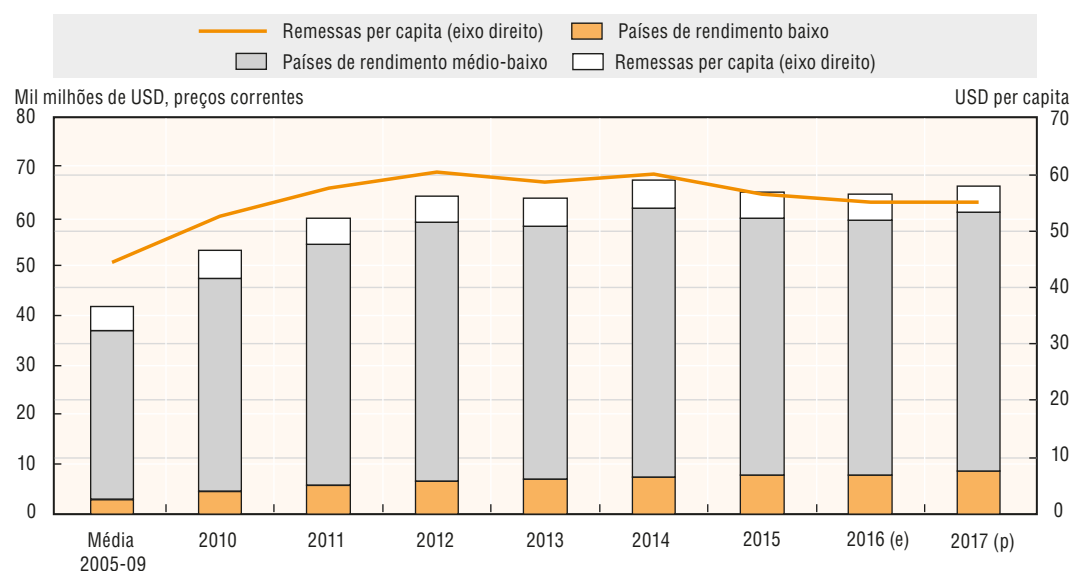
Fonte: Adaptado de FMI (2016a) e Banco Mundial (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475016>

A distribuição das remessas por grupo de rendimento permanece praticamente inalterada nos últimos cinco anos (Figura 2.6). Os países de rendimento médio-baixo continuam a receber o grosso das remessas – em 2016, essa percentagem foi 80%, devido ao peso do Egito e da Nigéria. Estes dois países receberam 75% do total do fluxo de remessas destinado a países de rendimento médio-baixo. Por sua vez, a proporção de remessas

que teve como recetores os países de rendimento baixo foi de 12%, sendo os restantes 8% destinados aos países de rendimento médio-alto.

Figura 2.6. Fluxos de remessas em África, por grupo de rendimento, 2005-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Adaptado de FMI (2016a) e Banco Mundial (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475024>

Os “empreendedores da diáspora” estimulam atividades financeiras e económicas internas

Os contributos da diáspora vão para além do investimento financeiro. Abrangem a recolha coletiva de fundos para apoio a atividades filantrópicas, de transferência de tecnologia e de melhoria do acesso aos mercados internacionais de capitais. Os migrantes podem ajudar a impulsionar o crescimento económico nos seus países de origem, seja regressando ao país como empresários, seja financiando investimento, incluindo em start-ups (ver Capítulo 8).

Em 2016, a diáspora etíope enviou 639 milhões de USD para o país. Entre 2000 e 2016, os fluxos de remessas com destino à Etiópia multiplicaram-se 12 vezes, sendo 6 vezes o valor para o restante continente. Na última década, a diáspora foi responsável por 10% do investimento interno na Etiópia.

O desempenho dos fluxos de remessas para a Etiópia pode ser explicado por um conjunto de fatores simultâneos. Primeiro, os Estados Unidos são a origem principal das remessas para a Etiópia, e 60% dos emigrantes etíopes chegaram a território norte-americano durante ou depois do ano 2000 (MPI, 2014). Segundo, o governo implementou um conjunto de políticas direcionadas para a diáspora (Kuschminder, 2010). Estas políticas incluem a criação da “Agência Etíope de Expatriados”, que tem como objetivo desenvolver as relações com a diáspora, a “Agência Etíope de Investimento”, para coordenar todo o investimento externo, e os “Incentivos ao Investimento e Importação”, instrumento que pretende tornar o investimento interno mais atrativo para a diáspora. Os membros da diáspora, por via da emissão de documentos de identidade (*yellow cards*) têm benefícios e direitos iguais aos investidores internos. Têm ainda acesso a incentivos ao investimento, como a isenção de taxas aduaneiras e descontos em passagens aéreas. Estas medidas incentivaram muitos etíopes da diáspora a investir em pequenos negócios no seu país de origem (Wolff e Opoku-Owusu, 2016).

Os decisores políticos africanos têm à sua disposição diversos instrumentos para desenvolver a relação entre as remessas e o empreendedorismo. Podem, por exemplo, integrar as questões relacionadas com a diáspora nas políticas de desenvolvimento nacionais e locais, e implementar políticas setoriais para aumentar a atratividade do ambiente de negócios para o empreendedorismo e o investimento da diáspora. Também os esforços de simplificação dos procedimentos regulamentares para as PME são importantes, com a criação de balcões únicos para a divulgação de oportunidades de investimento para os emigrantes. O Centro de Promoção de Investimentos do Gana, por exemplo, tem um balcão único para os membros da diáspora que pretendem investir no seu país de origem. Os governos podem igualmente reforçar as capacidades técnicas dos empreendedores emigrantes e/ou da diáspora, particularmente empresas sociais e start-ups lideradas por mulheres e jovens, desenvolvendo ações de treinamento, tutorias e produtos financeiros adequados e direcionados a este segmento (Wolff e Opoku-Owusu, 2016).

Os fluxos de remessas continuarão estáveis a médio prazo

A médio prazo, as remessas dirigidas a África deverão manter a estabilidade. Em 2017, as projeções apontam para um ligeiro crescimento de 2.4%, atingindo um montante de 66.2 mil milhões de USD. A distribuição regional das remessas deverá continuar desequilibrada, com o Norte de África (46%) e a África Ocidental (43%) a acolher o grosso dos fluxos. Em 2017, prevê-se que os cinco maiores recetores das remessas sejam a Nigéria (20 mil milhões de USD), o Egito (19.2 mil milhões de USD), Marrocos (7.3 mil milhões de USD), o Gana (2.2 mil milhões de USD) e a Argélia (2.1 mil milhões de USD).

Estas perspetivas contêm alguns riscos, particularmente o abrandamento económico na União Europeia e a aplicação de políticas migratórias mais restritivas nos países desenvolvidos. Na verdade, se o crescimento económico global aumentar dos 3.1% de 2016 para 3.4% em 2017, como se espera (FMI, 2017), o crescimento económico irá abrandar, por exemplo, na zona euro (que representa 72.5% do PIB da União Europeia). O reaparecimento de diferentes pontos de tensão no mundo, como a Líbia e a Síria, e a “crise dos migrantes” no Ocidente, em termos gerais, e particularmente na União Europeia, levaram à adoção de políticas migratórias mais restritivas. Isto pode afetar as perspetivas de médio prazo dos fluxos de remessas com destino a África.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento para países africanos permanece aquém dos compromissos

Esta secção aborda as tendências da APD em África, com base no Inquérito às Despesas Futuras dos Doadores, realizado pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (OCDE, 2016). A ajuda aos países mais pobres e mais frágeis continua limitada, apesar dos compromissos assumidos na Reunião de Alto Nível do CAD (2014) e na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (Adis Abeba, 2015) para a reversão do decréscimo de APD, reafirmando a meta de 0.7% do RNB. Em África, espera-se que mais de metade dos países de rendimento baixo receba, em 2019, menos APD do que a que recebeu em 2015. Para financiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a comunidade do desenvolvimento está a explorar novas formas de usar a ajuda ao desenvolvimento como catalisador para o investimento privado.

A ajuda externa ao desenvolvimento aumentou em 2015 devido aos custos com os refugiados nos países doadores

A ajuda externa dos países membros do CAD aos países em desenvolvimento totalizou 131.4 mil milhões de USD em 2015, o que representa um aumento de 6.6% em termos reais relativamente a 2014. Este acréscimo é reflexo do aumento dos custos com os refugiados



nos países doadores (o que é contabilizado como APD) consequência do aumento do número de requerentes de asilo. Mas se esses custos forem excluídos, ainda assim a APD líquida cresce 1.3% em termos reais (OCDE, 2017).

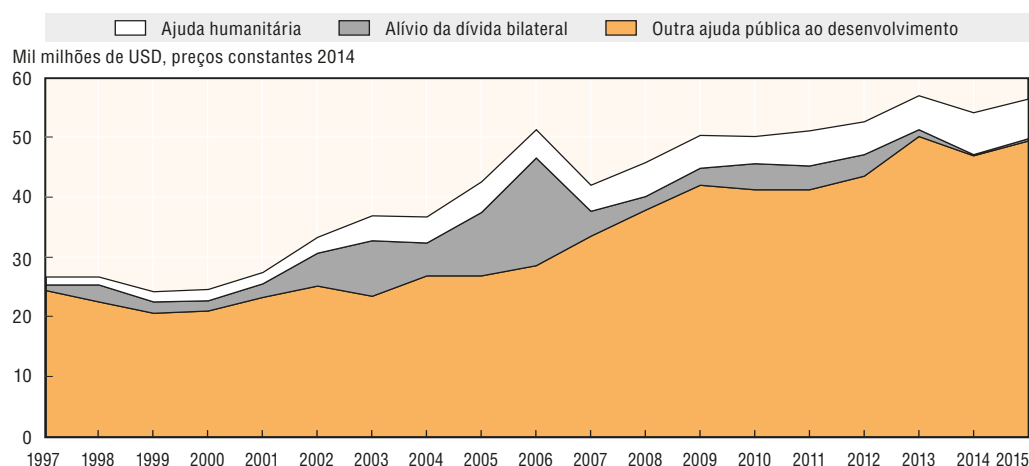
A APD dos países membros do CAD,⁶ responsáveis por cerca de dois terços do total deste fluxo, representa, em média, 0.30% do Rendimento Nacional Bruto (RNB), o mesmo nível de 2014. Este nível ainda fica aquém da meta de 0.7%. Em termos gerais, os dados de 2015 mostram que a ajuda bilateral dos países do CAD para os países menos avançados (PMA) cresceu 2.9% em termos reais, em linha com o compromisso dos doadores do CAD de reverter os recentes decréscimos. Espera-se que esta tendência se mantenha (OCDE, 2017).

Ajuda bilateral, multilateral e de doadores não-membros do CAD a África

A ajuda pública ao desenvolvimento de todos os doadores a África em 2015 registou um montante de 51 mil milhões de USD, um aumento de 4% relativamente ao ano anterior (ver Figura 2.7). No entanto, estimativas preliminares mostram uma queda de 1.7% da APD dirigida ao continente em 2016, atingindo um valor de 45.0 mil milhões de USD, pois alguns membros do CAD recuaram no seu compromisso de reverter os declínios nos fluxos para os países mais pobres.

Em 2015, a APD bilateral dos membros do CAD para a África subsariana registou um montante de 24 mil milhões de USD, o que representa um aumento de 1.5% em termos reais relativamente a 2014. No continente africano no seu todo, a APD bilateral também cresceu 0.7% em termos reais, registando um volume de 27 mil milhões de USD (OCDE, 2017). Entre os membros do CAD, os Estados Unidos foram o maior doador (9.3 mil milhões de USD), seguindo pelo Reino Unido (4.2 mil milhões de USD), Alemanha (3 mil milhões de USD) e França (2.3 mil milhões de USD).

Figura 2.7. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, 1997-2015



Fonte: OCDE (2017).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933475036>

A ajuda multilateral cresceu 7% em termos reais, registando 19.6 mil milhões de USD. Os maiores contribuintes foram a Associação Internacional de Desenvolvimento (6.2 mil milhões de USD), as instituições da União Europeia (5.2 mil milhões de USD), o Fundo Global (2.2 mil milhões de USD) e o Banco Africano de Desenvolvimento (2.2 mil milhões de USD).

A ajuda ao desenvolvimento proveniente de países não-membros do CAD⁷ chegou a 4.4 mil milhões de USD, registando a maior subida (13% em termos reais). Em termos globais, a ajuda destes países cresceu mais de 350% em termos reais desde 2012. Mais de 50% da ajuda dos não-membros concentra-se no Egito e é proveniente dos Emirados Árabes Unidos.

Os dados relativos aos fluxos concessionais dos países não-membros do CAD são incompletos. Por exemplo, não há dados sobre a ajuda ao desenvolvimento chinesa aos países africanos, pois o país não integra o Sistema de Informação de Credores da OCDE. Para além disso, o governo chinês não fornece informação detalhada sobre a sua ajuda externa. Se existe um consenso generalizado que a ajuda chinesa ao continente aumentou significativamente na última década, as estimativas variam consideravelmente.

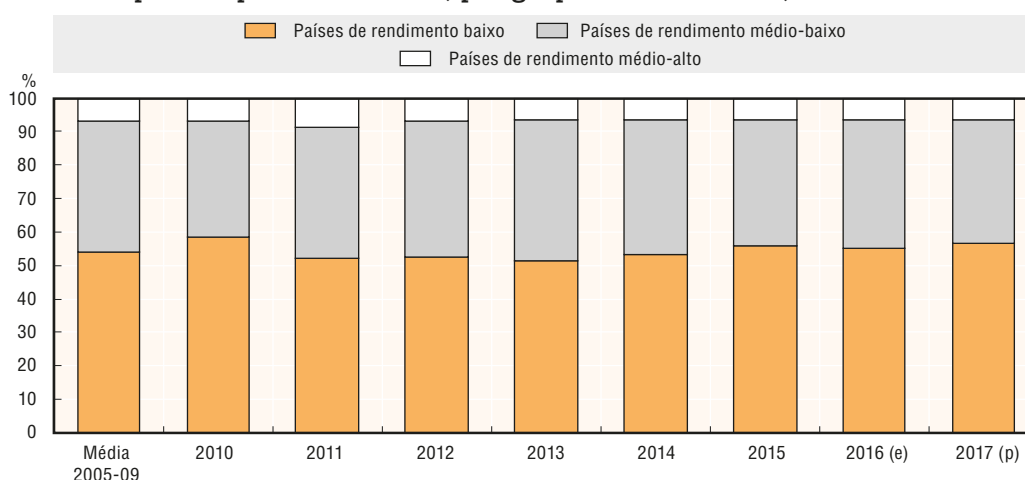
A Universidade William and Mary⁸ estima que a China tenha destinado quase 100 mil milhões de USD em diversos tipos de ajuda financeira ao desenvolvimento de África, entre 2000 e 2013. A maioria deste apoio concessional foi canalizado para o desenvolvimento de infraestruturas, incluindo transportes e projetos de comunicações. Segundo a Iniciativa Chinesa de Investigação em África,⁹ as despesas com a ajuda externa chegaram aos 3.2 mil milhões de USD em 2013, enquanto em 2000 esse valor situava-se em 600 milhões de USD. Os gastos totais para o período 2000-13 foram de 20.6 mil milhões de USD (China Africa Research Initiative, 2016). A flagrante diferença entre as fontes reflete a utilização de diferentes definições de ajuda (que por vezes é confundida com IDE), a disparidade entre anúncios e desembolsos efetivos, bem como por diferentes metodologias de recolha de dados.

No 6º Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que decorreu em dezembro de 2015, a China comprometeu-se com investimentos na ordem dos 60 mil milhões de USD. Este montante incluiu 5 mil milhões de USD para subvenções e empréstimos sem juros e 35 mil milhões de USD para empréstimos concessionais e compra de créditos, sendo o restante capital para financiamento comercial.

A APD destinada aos países africanos de rendimento baixo aumentou apenas ligeiramente em 2015

Os países de rendimento baixo representam pouco mais de metade (56%) dos desembolsos da APD em África em 2015, uma alta relativamente à média de 52.5% registada em 2011-14 (Figura 2.8). No entanto, o aumento da fatia de APD deve-se fundamentalmente a uma queda no apoio financeiro ao Egito e a Marrocos, ambos países de rendimento médio-baixo. Reflete também subvenções adicionais dos membros do CAD e empréstimos concessionais de bancos de desenvolvimento multilaterais ao Sudão do Sul e à Libéria e Serra Leoa, países afetados pelo Ébola.

Figura 2.8. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para os países africanos, por grupo de rendimento, 2005-17



Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD baseiam-se na Ajuda Programável por País (APP) da OCDE (2016).

Fonte: Adaptado de FMI (2016a) e OCDE (2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475040>

A Etiópia foi o maior recetor de APD em 2015 (3.2 mil milhões de USD), apesar de a ajuda ter diminuído 2% por comparação com 2014. Outros recetores importantes foram a RDC (2.6 mil milhões de USD), a Tanzânia (2.6 mil milhões de USD), o Egito (2.5 mil milhões de USD), o Quênia (2.5 mil milhões de USD), a Nigéria (2.4 mil milhões de USD), Moçambique (1.8 mil milhões de USD) e o Gana (1.8 mil milhões de USD). Estes oito recetores receberam 38% do total de APD dirigida a África.

A África Oriental e a África Ocidental registaram as maiores afetações de ajuda ao desenvolvimento em 2015 (15.5 mil milhões e 14.9 mil milhões de USD, respetivamente). Estima-se que o volume de APD para a África Oriental cresça ainda mais em 2016 e 2017 (para, respetivamente 16.4 mil milhões e 16.9 mil milhões de USD), enquanto as dotações para a África Ocidental deverão diminuir ligeiramente no mesmo período (14.6 mil milhões de USD e 14.2 mil milhões de USD, respetivamente).

A Ajuda Programável por País a 17 dos 27 países de rendimento baixo irá decrescer entre 2015 e 2019

As projeções indicam que a APP para o continente continuará estável até 2019. O inquérito do CAD às Despesas Futuras dos Doadores de 2016 fornece estimativas das futuras alocações de ajuda de todos os membros do CAD, dos principais não-membros e dos doadores multilaterais para o período 2016-19, com base nas receitas brutas da Ajuda Programável por País (APP).

Depois de ter apresentado uma queda em 2016, a ajuda deve regressar ao nível de 2015 em 2017 (50.9 mil milhões de USD). Deverá diminuir em 2018 e 2019 em 0.5% e 0.1%, respetivamente. Uma análise mais detalhada deteta que somente 21 países africanos deverão conhecer aumentos da ajuda em 2019 relativamente a 2015. Os aumentos mais significativos ocorrerão nos Camarões, no Egito, na Etiópia, no Quênia, na Libéria, na Nigéria, na Serra Leoa, no Sudão do Sul e na Tunísia. Para 31 países da África subsariana, o nível de APP será menor em 2019 do que em 2015. Mais precisamente, os níveis de APP sofrerão um declínio em 17 dos 27 países de rendimento baixo, entre 2015 e 2019. Esta perspetiva causa preocupação, pois para a maioria dos países de rendimento baixo os fluxos de ajuda ao desenvolvimento ainda representam uma grande proporção do financiamento externo (51% em 2015-16). A ajuda ao desenvolvimento deverá diminuir na Guiné, em Madagáscar, no Níger e no Togo, países sistematicamente identificados como “órfãos da ajuda” (OCDE, 2014). Dada a crescente população africana, prevê-se que a ajuda per capita diminua a um ritmo mais acelerado. Na verdade, a APP per capita na África subsariana descerá de 35 USD per capita (2015) para 31.1 USD per capita em 2019.

A concretização da Agenda 2030 requer abordagens inovadoras à utilização da ajuda ao desenvolvimento

Para progredir no cumprimento da Agenda de Ação de Adis Abeba e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a comunidade do desenvolvimento está a explorar formas de utilizar a ajuda como catalisador para a mobilização de financiamento adicional. O financiamento misto (*blended finance*) é cada vez mais reconhecido como método importante de utilização de fundos públicos para mobilizar o investimento do setor privado em economias emergentes e de fronteira.¹⁰ Este engloba as tradicionais parcerias público-privadas, bem como instrumentos disponibilizados pelas instituições financeiras de desenvolvimento (por exemplo, empréstimos mistos, investimento e garantias privadas). Estes mecanismos de partilha de risco adaptam-se bem ao financiamento de projetos de infraestruturas, que são inerentemente longos, caros e arriscados, pelo que podem dissuadir o investimento privado. Os empréstimos mistos reduzem os custos do financiamento para os mutuários e aumentam o acesso ao financiamento por parte das empresas locais.

Se o financiamento misto tem sucesso nos projetos de infraestruturas nos países de rendimento médio, a sua aplicação em países de rendimento baixo e nos setores sociais permanece limitada. Mais poderia ser feito para atribuir financiamentos mistos que permitissem colmatar as necessidades de financiamento em setores como a agricultura, a saúde, a educação e outros setores chave do desenvolvimento em países de rendimento baixo (Club, 2016).

Um maior envolvimento com o setor privado poderá não só ajudar à mobilização de financiamento como potenciar competências e promover a inovação. Os filantropos, por exemplo, estão cada vez mais presentes no financiamento misto e em investimentos com impacto social. Os atores do setor privado estão também a trabalhar por sua própria iniciativa no apoio ao empreendedorismo em África, promovendo o conhecimento e a transferência de competências (ver Caixa 2.3).

Caixa 2.3. Inovações inclusivas que impulsionam o crescimento de negócios liderados por mulheres

A inovação inclusiva está a empoderar o empreendedorismo feminino por meio do recurso às TIC e aos telemóveis. Esta tendência está em crescimento por todo o continente e apresenta resultados promissores. Por via de investimento externo, privado e das organizações filantrópicas, as empreendedoras informais conseguem ter acesso a formação na área dos negócios, a serviços financeiros, a redes empresariais e informação sobre os mercados em tempo real; todas essas são ferramentas que de outra forma seriam inacessíveis no reduzido panorama de recursos existentes. As empresárias que recorrem a estas inovações inclusivas adquirem novas competências, ideias para negócios e oportunidades de alargar a clientela e de entrar em novos mercados. Em consequência, aumentam a rentabilidade dos seus negócios, investem na criação local de postos de trabalho e melhoram o bem-estar das suas famílias. O sucesso da inovação inclusiva nos negócios femininos reside em dois fatores essenciais:

- parcerias com os negócios de mulheres ou associações de juventude locais para a divulgação.
- desenvolvimento de estratégias inclusivas para garantir o acesso e utilização por parte das mulheres, especialmente as que vivem em áreas rurais, limitadas por infraestruturas débeis, um limitado poder de decisão, custos de transporte mais elevados e fraca literacia em inglês.

Um exemplo de sucesso encontra-se no Malawi, onde o Movimento Grow recorre a TIC para desenvolver as competências empresariais dos empreendedores africanos. O Movimento Grow é uma rede privada de consultoria empresarial assente no voluntariado e baseada no Reino Unido. Está estruturado em torno da ligação entre os consultores e os empreendedores no Malawi, de modo a fornecer formação em marketing, contabilidade, planeamento financeiro e relações com os clientes, através de sessões grátis via Skype, WhatsApp ou telefone. Para chegar às mulheres empreendedoras, o Grow trabalha em estreita parceria com a Associação Nacional de Mulheres Empresárias do Malawi (NABW).

O Movimento Grow reconhece que os esforços humanos e sociais são essenciais para facilitar a utilização e traduzir a tecnologia numa realidade local concreta. Na ausência desses esforços, as inovações relacionadas com as TIC apenas chegariam àqueles empreendedores que já têm acesso a serviços de TIC e transportes, que vivem em áreas urbanas e têm uma adequada literacia em inglês. Recorrendo a uma estratégia frugal e inclusiva, o Grow consegue operar com baixos custos e fornecer serviços de consultoria empresarial acessíveis e de qualidade.

Fonte: Vossenberg (2016a, 2016b).



As empresas sociais que aplicam estratégias comerciais para maximizar o impacto social têm sido instrumentais no reforço das competências e do bem-estar das comunidades locais. Um exemplo notável é a marca de joalheria ética SeeMe, uma empresa social baseada na Tunísia. Fundada por um investidor europeu, antigo gestor de ajuda ao desenvolvimento, a SeeMe procura melhorar as vidas de mulheres que foram vítimas de violência e discriminação. As mulheres que procuram refúgio na casa abrigo dirigida pelo Centro Amal recebem formação em joalheria artesanal e são posteriormente empregadas. A SeeMe procura igualmente influenciar marcas já estabelecidas no mundo da moda, defendendo uma visão ética nos procedimentos aquisitivos

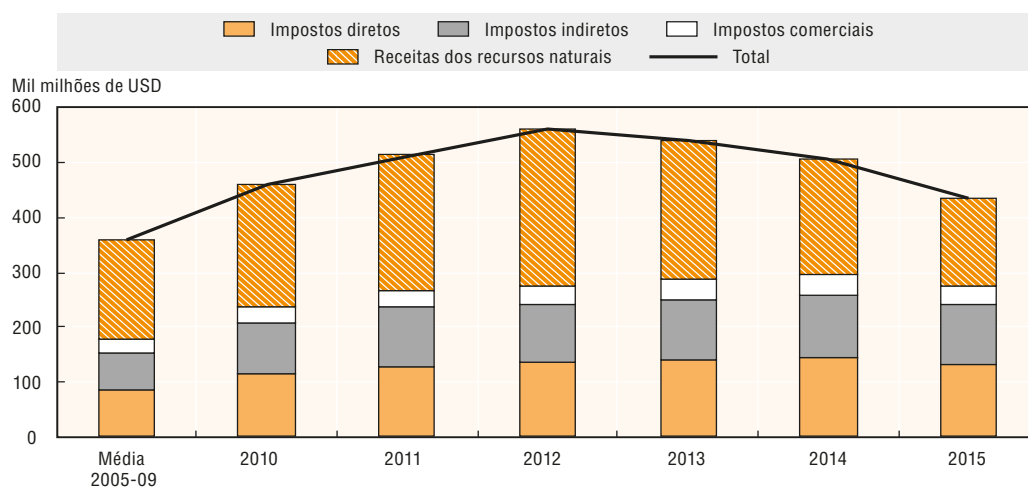
A mobilização de recursos internos ainda não corresponde às necessidades

Esta secção analisa o desempenho das receitas internas em África entre 2005 e 2015. Baseia-se nos mais recentes dados disponíveis coligidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento, por via das missões nos países das *Perspetivas Económicas em África*. Ela analisa também as tendências das receitas internas e ainda os desafios que os países africanos enfrentam para as aumentarem.

As receitas internas diminuem com a manutenção de preços baixos nas matérias-primas

A mobilização de receitas internas em África aumentou gradualmente na última década, alcançando um pico em 2012, com 561.5 mil milhões de USD. Depois de 2013, porém, a mobilização interna abrandou, fruto da descida dos preços das matérias-primas, especialmente do petróleo (Figura 2.9). Entre 2012 e 2015, as receitas internas apresentaram uma queda de 22.2%. Esta queda explica-se principalmente pela baixa acentuada das receitas dos recursos naturais (43.7%), no mesmo período.

Figura 2.9. Estrutura fiscal em África, 2005-15



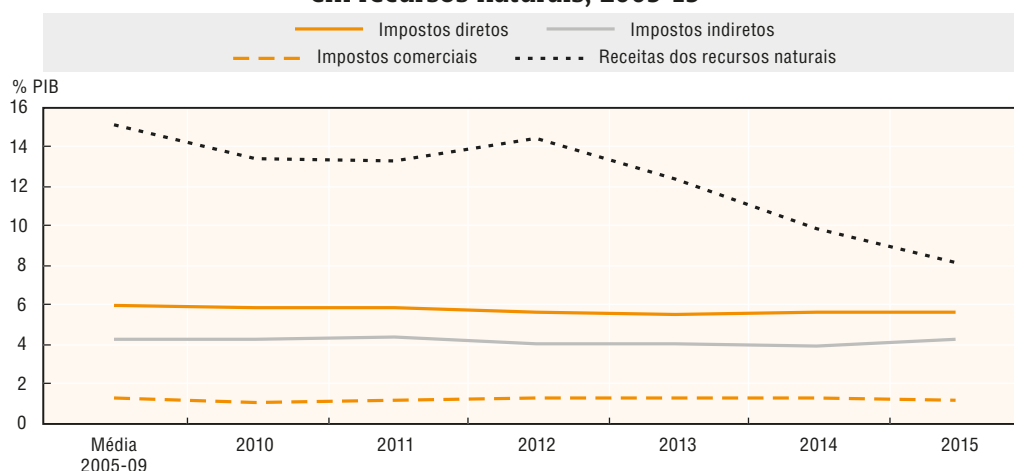
Fonte: Dados *Perspetivas Económicas em África*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475050>

Os países ricos em recursos naturais foram os mais afetados na queda da mobilização de receitas internas. Entre 2012 e 2015, as receitas dos recursos passaram, por uma redução drástica drasticamente (isto é, de mais de 50%) na Argélia (51.8%, para 27.9 mil milhões de USD), em Angola (57.2%, para 19.9 mil milhões de USD), no Chade (65%, para 2.8 mil milhões de USD) e no Gabão (55%, para 12.2 milhões de USD). Estas quedas ficaram a dever-se principalmente à pequena base tributária dos países ricos em recursos. Por outro lado, as receitas com outro tipo de impostos estagnaram durante mais de uma

década, abaixo dos 6% do GDP (Figura 2.10). Assim, os países ricos em recursos foram incapazes de compensar as quebras nas receitas de rendas, e o seu rácio geral receitas-PIB decresceu de 25% em 2012 para 19% em 2015.

Figura 2.10. Estrutura fiscal nos países africanos ricos em recursos naturais, 2005-15



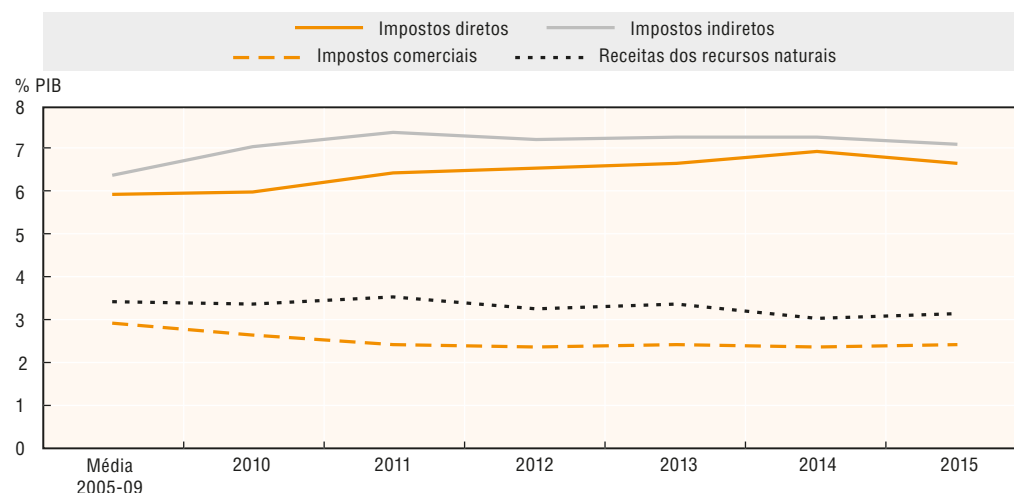
Fonte: Dados Perspetivas Económicas em África.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475060>

Os países pobres em recursos continuam a fortalecer a capacidade de mobilização interna de receitas

Contrariamente aos países ricos em recursos naturais, os países pobres em recursos aumentaram a mobilização de receitas (Figura 2.11). Entre 2012 e 2016, as receitas internas totais aumentaram 9.6%, somando 93.8 mil milhões de USD. Este registo explica-se principalmente pela alta nos impostos diretos (12%, para 32.3 mil milhões de USD) e indiretos (8%, para 34.3 mil milhões de USD).

Figura 2.11. Estrutura fiscal nos países africanos pobres em recursos naturais, 2005-15



Fonte: Dados Perspetivas Económicas em África.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475075>

No mesmo período, os países com melhor performance na mobilização de receitas internas, no grupo dos pobres em recursos, foram a Etiópia (60%, para 11.2 mil milhões de USD), o Ruanda (44.4%, para 1.3 mil milhões de USD), o Togo (32.6%, para 965 milhões de USD),

a Suazilândia (26.5%, para 1.1 mil milhões de USD), o Malawi (25.2%, para 928 milhões de USD) e as Seychelles (25.1%, para 490 milhões de USD).

A mobilização de mais recursos internos exige esforços adicionais

Os fluxos financeiros externos com destino a África aumentaram gradualmente, passando de 100 mil milhões de USD no ano 2000 para 182.8 mil milhões de USD em 2015, num reflexo da crescente atratividade do continente aos olhos dos investidores. No entanto, para dar resposta às enormes necessidades de financiamento que o desenvolvimento requer, são necessários mais recursos internos. Segundo as estimativas, a África subsariana precisa de 93 mil milhões de USD anuais para suprir a sua carência de infraestruturas (Foster e Briceno-Garmendia, 2009). A experiência também demonstra que países com maior dependência de receitas internas tendem a crescer mais depressa (Aizenman et al., 2007).

Se é um facto que o continente fez progressos na mobilização de recursos internos, a verdade é que são precisos esforços adicionais. A Agenda de Ação de Adis Abeba, de 2015, consagra as receitas públicas internas como prioritárias, tendo em vista alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. As receitas internas africanas cresceram de 258 mil milhões de USD em 2005 para 436.8 mil milhões de USD em 2015, o que representa 2.4 vezes o total dos fluxos externos de financiamento.

Diversos países estão a expandir as receitas internas com a adoção de várias medidas para aumentar a coleta de impostos. A Etiópia, por exemplo, está a aplicar medidas concretas de combate à evasão fiscal (Caixa 2.4).

Caixa 2.4. Evasão fiscal em África: dados de estudos controlados aleatorizados na Etiópia

A falta de estudos sobre a magnitude da evasão fiscal em África significa que existe muito pouca informação documentada relativamente à sua incidência ou às abordagens políticas para impor a conformidade fiscal de forma eficaz e eficiente. Um estudo recente promovido pelo Banco Africano de Desenvolvimento ajudou a colmatar esta lacuna. O estudo, realizado na Etiópia, recorreu a uma abordagem de ensaio controlado aleatorizado para investigar a magnitude da evasão fiscal e determinar a melhor via para a conformidade fiscal. O estudo foi efetuado em colaboração com os Serviços Tributários da Etiópia.

As experiências no terreno recolheram informação das empresas, expondo os diferentes grupos a dois tipos de cartas, devidamente identificadas, das autoridades tributárias. A primeira carta ameaçava com uma auditoria, enquanto a segunda, mais laudatória, felicitava os destinatários pelo trabalho exemplar no pagamento atempado dos impostos e no cumprimento estrito das obrigações fiscais. O grupo de controlo não recebeu nenhuma carta. Os investigadores monitorizaram as declarações de impostos das empresas, antes e depois da experiência, recorrendo aos dados administrativos disponíveis na autoridade fiscal. A experiência contou com 4 500 empresas. Os resultados demonstraram que os destinatários de cartas ameaçadoras aumentaram a entrega de declarações de impostos em 38%, valor que se cifrou em 32% no caso dos que receberam cartas de felicitações. Estes resultados permitem retirar algumas ilações para as políticas a seguir:

- evasão fiscal em África é generalizada e provavelmente maior do que o apontado nas estimativas iniciais (cerca de 20-30%).
- As autoridades tributárias devem ser capacitadas para recolher e analisar dados relativos aos contribuintes. As informações de terceiros relativas ao imposto sobre o valor acrescentado, por exemplo, podem ser usadas para identificar infratores.
- Para reduzir significativamente os custos de transação envolvidos na mobilização de impostos e diminuir a evasão fiscal, as autoridades devem investir na melhoria das relações com as empresas, levar a cabo avaliações periódicas da aplicação dos impostos recolhidos no desenvolvimento económico e social e recorrer a incentivos à conformidade.

Fonte: Shimeles et al. (2017).

O Togo está a mobilizar mais receitas fiscais com o reforço da eficiência da máquina fiscal, com o apoio da comunidade de desenvolvimento, particularmente do Banco Africano de Desenvolvimento. Alguns países africanos estão também a registar progressos nesta área pela via da partilha de boas práticas e da possibilidade de comparar os dados fiscais entre os países (Caixa 2.5). Serão necessários, porém, mais esforços, como a utilização de novos e inovadores mecanismo de coleta de receita, incluindo obrigações verdes, impostos sobre serviços bancários e de seguros e turismo, bem como o incentivo à “moralidade fiscal” – à motivação para cumprir obrigações fiscais (Daude et al., 2012).

Caixa 2.5. Estatísticas comparadas das receitas fiscais em África

A primeira edição das *Estatísticas de Receitas em África* foi lançada em abril de 2016, um passo concreto para cumprir o objetivo da União Africana de harmonização das estatísticas económicas. A publicação foi coautorada pela União Africana, o Fórum Africano de Administração Fiscal e a OCDE e recebeu o apoio financeiro da Comissão Europeia. A primeira edição destacou oito países: África do Sul, Camarões, Côte d'Ivoire, Maurícias, Marrocos, Ruanda, Senegal e Tunísia. O projeto juntou as estatísticas fiscais dos países africanos numa única base de dados, permitindo a comparação dos dados segundo padrões internacionais de classificação de impostos e receitas com um nível de detalhe sem precedentes. São agora possíveis comparações válidas com todos os países da OCDE, para além de 24 países da América Latina e Caraíbas e 6 asiáticos.

Segundo os dados de receitas coligidos para os oito países africanos, existe uma variação considerável em termos de mobilização de receitas internas, apesar de o rácio impostos/PIB ser substancialmente menor do que o registado na maioria dos países da OCDE. Em Marrocos, na África do Sul e na Tunísia, o rácio impostos/PIB varia entre os 28% e os 31% do PIB (2014). Em contraste, as receitas tributárias em percentagem do PIB variam entre 16% e 20% nos Camarões, na Côte d'Ivoire, nas Maurícias, no Ruanda e no Senegal. As receitas não tributárias variam, no mesmo ano, entre 9.5% do PIB, no Ruanda, e 0.6% do PIB, na África do Sul. Desde o ano 2000, todos os países representados no relatório aumentaram o seu rácio impostos/PIB. Em Marrocos, no Ruanda, na África do Sul e na Tunísia, o rácio aumentou mais de cinco pontos percentuais. Estes aumentos devem-se, em parte, a reformas fiscais e à modernização dos sistemas e das administrações fiscais. As receitas não tributárias são uma fonte de financiamento muito mais volátil, com muito maior variação anual do que as receitas tributárias.

As instituições internacionais reconheceram o valor destes dados enquanto instrumento de análise de políticas e de orientação para mudanças políticas, bem como para motivar a cooperação regional. O trabalho envolveu contributos para o capítulo financeiro da Carta Africana de Estatística e para a Estratégia de Harmonização Estatística em África. Apoiar igualmente o primeiro plano de implementação a dez anos (2014-23) da Agenda 2063 da União Africana, que pretende “desenvolver e implementar quadros para políticas de estatísticas fiscais e inclusão fiscal em África”. A nível global, o trabalho apoia a meta 17.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de “melhorar a capacidade nacional para cobrança de impostos e outras fontes de receita” e a meta 17.19 de “apoio à capacitação estatística nos países em desenvolvimento”. A segunda edição será lançada em meados de 2017 e cobrirá um maior número de países.

Fonte: OCDE/ATAF/CUA (2016).

A dimensão do setor informal em África condiciona a mobilização de receitas fiscais

Para aumentar as receitas tributárias, os governos africanos devem, entre outras medidas políticas, alargar a base fiscal. No entanto, os esforços neste sentido são prejudicados pela dimensão do setor informal. Na realidade, a dimensão média do setor informal na África subsariana está estimada em 42% do rendimento nacional bruto (RNB) e varia entre cerca de 28%, na África do Sul, e 60%, na Nigéria, Tanzânia e Zimbábue (Verick, 2006).



Segundo o Inquérito às Empresas Informais, do Banco Mundial, as empresas informais em África citam a ausência de encargos fiscais como a principal razão para não operarem na economia formal. Com a introdução de incentivos adequados e uma cultura de cumprimento, as autoridades tributárias podem taxar o setor informal, facilitar a transição para negócios formais de muitas empresas clandestinas em África, bem como ajudá-las a conseguir maior acesso a financiamento e a mercados. Lançar impostos sobre o setor informal pode igualmente ser uma forma eficiente de aumentar os impostos diretos, que atualmente em África se situam numa média de 6% do PIB, enquanto nos países desenvolvidos representam 22% do PIB. (Auriol, 2014).

No entanto, aumentar a base fiscal pela taxação do setor informal significa diminuir a carga fiscal no geral, a qual tende a ser elevada em África. Com efeito, África tem, em média, a mais alta Taxa de Imposto sobre o Rendimento Coletivo, estimada em 29%, quando a média global é de 23% (Pomerleau, 2015). De acordo com o inquérito às empresas do Banco Mundial, as empresas no setor formal citam sistematicamente os impostos elevados e as taxas sobre processos administrativos como alguns dos mais importantes constrangimentos que enfrentam (Bruhn, 2011). Além disso, a realidade tem demonstrado que altos custos de conformidade podem levar as empresas a permanecer na informalidade, enquanto a redução do Imposto sobre o Rendimento Coletivo está associada a um aumento do número de empresas formais (Djankov et al., 2010).

Em síntese, estes resultados sugerem que uma menor carga fiscal e custos de conformidade reduzidos podem ajudar África a dinamizar a transição para a economia formal. A diminuição do setor informal, por sua vez, pode ajudar a alargar a base fiscal, atualmente estreita, e a aumentar os impostos diretos, contribuindo portanto para o crescimento da mobilização de receitas fiscais no continente.

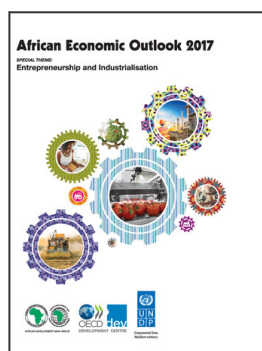
Notas

1. A APD a preços correntes diminuiu em 2015 (ver Tabela 2.1) devido à forte depreciação de muitas divisas do CAD face ao dólar norte-americano.
2. Os fluxos financeiros privados definem-se como fluxos externos totais menos a ajuda pública ao desenvolvimento.
3. A OCDE define investimento direto estrangeiro como “uma categoria de investimento transfronteiriço realizado por um residente de uma economia, que tem por objetivo a obtenção de influência ou controlo a longo prazo numa empresa localizada numa economia diferente da do investidor”. A motivação de influenciar ou controlar significativamente é o fator que distingue o investimento direto do investimento de carteira transfronteiriço. Os investidores de carteira não têm como objetivo qualquer relação de longo prazo. O retorno sobre os ativos é o principal determinante da aquisição ou venda dos títulos (OCDE, 2008).
4. O cálculo dos fluxos de IDE resulta de uma combinação de dados do FMI, *World Economic Outlook* (WEO), (outubro de 2016) e da CNUCED, *World Investment Report* (WIR) (junho de 2016). Para o período 2000-13, foram adotadas, particularmente, as séries históricas FDI do FMI WEO. Para o cálculo do IDE em 2014 e 2015, no entanto, adotou-se a taxa de crescimento da CNUCED WIR. Esta escolha resulta da facto de os dados do FMI terem lacunas nos dados de 2014 e 2015. A taxa de crescimento do IDE do FMI WEO foi aplicada para o cálculo subsequente do IDE para 2016 (estimado) e para 2017 (projetado).
5. Os países ricos em recursos são: África do Sul, Angola, Argélia, Botswana, Camarões, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, Egito, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria, Líbia, Mauritânia, Nigéria, RDC, Serra Leoa, Sudão, Sudão do Sul e Zâmbia (definição do FMI).
6. Os membros do CAD são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Suécia e Suíça. Neste relatório, os dados dos países membros do CAD não incluem a ajuda da Hungria, que aderiu ao CAD no final de 2016. A União Europeia também é membro do CAD, mas os seus dados de APD incluem-se na ajuda dos doadores multilaterais.
7. Os desembolsos de APD dos países não-membros do CAD incluem dados da Arábia Saudita, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Estónia, Federação Russa, Hungria, Israel, Kuwait (KFAED), Letónia, Lituânia, Malta, Roménia, Tailândia e Turquia.
 Nota da Turquia: A informação deste documento referente a «Chipre» abarca a parte sul da ilha. Não há uma autoridade única na ilha que represente a população turca e grega cipriota. A Turquia reconhece a República Turca do Norte de Chipre (RTNC). Até se encontrar uma solução justa e duradoura no quadro das Nações Unidas, a Turquia manterá a sua posição sobre a “questão cipriota”.
 Nota de todos os Estados membros da União Europeia da OCDE e da União Europeia: A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidas, à exceção da Turquia. A informação deste documento abarca a região sob controlo efetivo do governo da República de Chipre.
 Os dados estatísticos de Israel são fornecidos por e sob a responsabilidade das autoridades israelitas relevantes. A utilização destes dados pela OCDE não afeta o estatuto dos Montes Golã, de Jerusalém Oriental e dos colonatos israelitas na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.
8. A Universidade William and Mary (AidData) recorre a uma metodologia de “recolha de dados de meios de comunicação” (MBDC), bem como a dados de documentos governamentais chineses de outros governos.
9. A Iniciativa Chinesa de Investigação em África recolheu dados do Anuário Estatístico Chinês e de outras fontes chinesas.
10. Definição do Comunicado da Reunião do Comité de Alto Nível do CAD, 19 de fevereiro de 2016.

Bibliografia

- AfK Insider (2016), “8 largest private equity funds operating in Africa”, artigo online, <http://afkinsider.com/122791/8-largest-private-equity-funds-operating-africa/5> (consultado a 22 de janeiro de 2017).
- Aizenman J., B. Pinto e A. Radziwill (2007), “Sources for financing domestic capital – Is foreign saving a viable option for developing countries?”, *Journal of International Money and Finance*, Elsevier, Working paper, No. 10624, Vol. 26/5, pp. 682-702, www.nber.org/papers/w10624.pdf.
- Auriol, E. (2014), “Barriers to formal entrepreneurship in developing countries”, Background Paper, *World Development Report 2014*, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16364>.
- AVCA (2017), *Newsroom, Member News*, African Private Equity and Venture Capital Association, www.avca-africa.org/newsroom/member-news (consultado a 25 de janeiro de 2017).
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento Territorial e Inclusão Espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- Banco Mundial (2016a), *Africa's Pulse: An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future*, No. 14, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25097> (consultado a 12 de janeiro de 2017).
- Banco Mundial (2016b), “Migration and remittances data”, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data (consultado a 26 de janeiro de 2017).
- BCG Perspectives (2016), “Why Africa remains ripe for private equity”, online article, www.bcgperspectives.com/content/articles/private-equity-globalization-why-africa-remains-ripe-private-equity/?chapter=3-chapter3w (consultado a 24 de janeiro de 2017).
- Bruhn, M. (2011), “Reforming business taxes”, Viewpoint, Note No. 330, Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <http://siteresources.worldbank.org/EXTFINANCIALSECTOR/Resources/282884-1303327122200/VP330-Reforming-Business-Taxes.pdf>.
- China Africa Research Initiative (2016), SAIS-CARI data, Johns Hopkins University School of Advanced International Studies, Washington, DC, www.sais-cari.org/data-chinese-loans-and-aid-to-africa (consultado a 20 de janeiro de 2017).
- Clubb, C. (2016), “Blended finance: Critical steps to ensure success of the sustainable development goals”, website OCDE Development Matters, OCDE, Paris, <https://oecd-development-matters.org/2016/12/20/blended-finance-critical-steps-to-ensure-success-of-the-sustainable-development-goals>.
- CNUCED (2016a), *Global Investment Trends Monitor*, No. 24, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Nova Iorque e Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2016d3_en.pdf.
- CNUCED (2016b), *World Investment Report (WIR)*, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2016_en.pdf.
- CNUCED (2016c), *Global Investment Trends Monitor*, No. 22, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Nova Iorque e Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2016d1_en.pdf.
- Daude, C., H. Gutiérrez e A. Melguizo (2012), “What drives tax morale?”, *Working Papers* do Centro de Desenvolvimento da OCDE, OCDE, Paris.
- Deloitte (2016), “2016 Africa private equity confidence survey: More capital being deployed – what about returns?”, Deloitte, Joanesburgo, www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ke/Documents/financial-services/2016%20Africa%20Private%20Equity%20Confidence%20Survey.pdf (consultado a 25 de janeiro de 2017).
- Djankov, S., T. Ganser, C. McLiesh, R. Ramalho e A. Shleifer (2010), “The effect of corporate taxes on investment and entrepreneurship”, *American Economic Journal: Macroeconomics*, Vol. 2/3, pp. 31-64, www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/mac.2.3.31.
- fDi Markets (2017), www.fdimarkets.com (consultado a 2 de janeiro de 2017).
- fDi Markets (2016), *The Africa Investment Report 2015*, Londres, www.fDiIntelligence.com/AfricaInvestmentReport.
- FMI (2017), *World Economic Outlook Update: A Shifting Global Economic Landscape*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/update/01 (consultado a 24 de janeiro de 2017).
- FMI (2016a), *World Economic Outlook: Subdued Demand: Symptoms and Remedies*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02 (consultado a 2 de janeiro de 2017).
- FMI (2016b), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa – Multispeed Growth*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2016/afr/eng/sreo1016.htm (consultado a 24 de janeiro de 2017).

- Forbes (2016), “30 most promising young entrepreneurs in Africa 2016”, artigo online, www.forbes.com/sites/mfonobongnsehe/2016/04/25/30-most-promising-young-entrepreneurs-in-africa-2016/#b4e23e3f7212 (consultado a 18 de janeiro de 2017).
- Foster, V. e C. Briceno-Garmendia (2009), *Africa's Infrastructure: A Time for Transformation*, Africa Development Forum Series, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2009/01/11487313/africas-infrastructure-time-transformation>.
- KPMG (2016a), “What influences foreign direct investment into Africa”, *Insights*, África do Sul, KPMG, <https://home.kpmg.com/za/en/home/insights/2016/02/what-influences-foreign-direct-investment-into-africa.html> (consultado a 2 de janeiro de 2017).
- KPMG (2016b), “Progressive business legislation in Kenya: New laws look to spur economic growth in the country”, KPMG, Quênia, <https://home.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/05/tnf-kenya-feb24-2016.pdf> (consultado a 11 de janeiro de 2017).
- Kuschminder, K. (2010), “Diaspora Engagement in Ethiopia: Findings its Footing”, *Migration policy brief*, No. 4, Maastricht Graduate School of Governance, Maastricht, <http://mgsog.merit.unu.edu/ISacademie/docs/PB4.pdf>.
- McKinsey Global Institute (2016), *Lions on the Move II: Realising the Potential of Africa's Economies*, Sumário Executivo, McKinsey & Company, www.mckinsey.com/global-themes/middle-east-and-africa/realizing-the-potential-of-africas-economies.
- MPI (2014), “The Ethiopian diaspora in the United States”, RAD Diaspora Profile, Migration Policy Institute, www.migrationpolicy.org/sites/default/files/.../RAD-Ethiopia.pdf.
- OCDE (2017), CRS Aid Statistics (database), <http://stats.oecd.org> (consultado a 26 de janeiro de 2017).
- OCDE (2016), DAC Survey on Donors' Forward Spending Plans and Prospects for Improving Aid Predictability (website), www.oecd.org/development/effectiveness/aidpredictability.htm (consultado a 31 de janeiro de 2017).
- OCDE (2014), OECD-DAC Development Brief: Where Do We Stand on the Aid Orphans? www.oecd.org/dac/aid-architecture/Aid%20Orphans%20Development%20Brief.pdf (consultado a 2 de fevereiro de 2017).
- OCDE (2008), OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment, 4th edition, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264045743-en>.
- OCDE/ATAF/CUA (2016), *Revenue Statistics in Africa*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264253308-en-fr>.
- Pomerleau, K. (2015), “Corporate income tax rates around the world, 2015”, Fiscal Fact, No. 483, Tax Foundation, Washington, DC, https://files.taxfoundation.org/legacy/docs/TaxFoundation_FF483.pdf.
- Popo, W. (2017), “2017: The new forces shaping African investment”, artigo online, *African Business Review* www.africanbusinessreview.co.za/finance/2676/2017:-the-new-forces-shaping-African-investment (consultado a 24 de janeiro de 2017).
- Shimeles, A., D.Z. Gurara e F. Woldeyes (2017), “Tax man's dilemma: Coercion or persuasion? Evidence from fully randomized control trial in Ethiopia”, *American Economic Review* 2017.
- US Africa Business Forum (2016), “Tech startup series interview”, artigo online, <https://medium.com/u-s-africa-business-forum-2016/tagged/startup>.
- Verick, S. (2006), *The Impact of Globalization on the Informal Sector in Africa*, Departamento de Política Económica e Social, Comissão Económica das Nações Unidas para África e Institute for the Study of Labour, Adis Abeba, http://conference.iza.org/conference_files/worldb2006/verick_s872.pdf.
- Vossenbergh, S. (2016a), “Connectivity, profit and what else? Women entrepreneurs benefiting from ICT innovations”, artigo online, INCLUDE Knowledge Platform for Inclusive Development, <http://includeplatform.net/connectivity-profit-else-women-entrepreneurs-benefiting-ict-innovations>.
- Vossenbergh, S. (2016b), “Gender-aware women's entrepreneurship development for inclusive development in Sub-Saharan”, Policy paper publicado online, INCLUDE Knowledge Platform for Inclusive Development, <http://includeplatform.net/downloads/gender-aware-womens-entrepreneurship-development-for-inclusive-development-in-sub-saharan-africa>.
- Wolff, V. e S. Opoku-Owusu (2016), “Diaspora engagement on country entrepreneurship and investment: Policy trends and notable practices in the Rabat process region”, *Background paper*, coordenado pelo Secretariado do Processo de Rabat, International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) e African Foundation for Development (AFFORD), http://migration4development.org/sites/default/files/en_final_background_paper.pdf (consultado a 27 de janeiro de 2017).
- Yao, Y. (2014), “A new normal, but with robust growth: China's growth prospects in the next 10 years”, in *THINK TANK 20: Growth, Convergence and Income Distribution: The Road from the Brisbane G-20 Summit*, Brookings, Washington, DC, <http://www.guntramwolff.net/wp-content/uploads/2015/05/TT20-Nov-7-FINAL-Web-v2.pdf> (consultado a 20 de fevereiro de 2017).



From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-5-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.